

# **Os militares e a crise brasileira**

João Roberto Martins Filho

*Organizador*



**Copyright © 2021 João Roberto Martins Filho**

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Edição: Haroldo Ceravolo Sereza

Editora assistente: Danielly de Jesus Teles

Projeto gráfico, diagramação e capa: Danielly de Jesus Teles

Assistente acadêmica: Tamara Santos

Revisão: Eduardo Mei

Imagem da capa: *Bolsonaro em solenidade de entrega de espadas aos formandos da Turma José Vitoriano Aranha da Silva, em 12/12/2019.* Foto: Palácio do Planalto

*Gostaríamos de agradecer o Instituto Vladimir Herzog pelo apoio na execução deste projeto.*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

---

M588

Os militares e a crise brasileira[recurso eletrônico] : - organização João Roberto Martins Filho 1. ed. - São Paulo : Alameda, 2020.

recurso digital

Formato: ebook

Requisitos dos sistema:

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-5966-010-0 (recurso eletrônico)

1. Ciência Política - Brasil. 2. Brasil - Política e governo. 3. Militares - Brasil. I. Martins Filho, João Roberto.

# Sumário

## Apresentação

### Fileiras desconhecidas

Manuel Domingos Neto

### Militares, “abertura” política e bolsonarismo: o passado como projeto

Francisco Carlos Teixeira da Silva

### Soldados influenciadores: os guerreiros digitais do bolsonarismo e os tuítes de Villas Bôas

Marcelo Godoy

### Maquiavel, Bolsonaro e os soldados

João Roberto Martins Filho

### Bolsonaro e os índios

Manuel Domingos Neto e Luís Gustavo Guerreiro Moreira

### Da campanha à conquista do Estado: os militares no capítulo da guerra híbrida brasileira

Piero C. Leirner

### “A palavra convence e o exemplo arrasta”

Marcelo Pimentel Jorge de Souza

### Pandemia e necropolítica Brasileira: as forças repressivas e a gênese contínua do capital

Eduardo Mei

### Controle civil? A ascensão de Bolsonaro e a encruzilhada do Brasil – militares, forças armadas e política

Eduardo Heleno de Jesus Santos

### Da linha dura ao marxismo cultural. O olhar imutável de um grupo de extrema direita da reserva sobre a vida política brasileira (Jornal Inconfidência, 1998-2014)

Maud Chirio

### Hereditariedade e família militar

Ricardo Costa de Oliveira

### As relações civis-militares no Brasil ontem e hoje: muito por fazer!

Luís Alexandre Fuccille

# Apresentação

*João Roberto Martins Filho*

Nesta obra coletiva, reúne-se um conjunto de textos que procuram entender as raízes, o significado e as perspectivas da participação castrense na crise brasileira. Os autores, originários da Ciência Política, da História, da Antropologia, da Sociologia e da Filosofia, bem como do jornalismo e da própria profissão militar, traçam um quadro que ajuda a entender a participação dos fardados no governo de Jair Bolsonaro, ele mesmo um capitão, dono de uma fé de ofício pobre, reprovável, brutal e curta.

Como diz Manuel Domingos Neto num dos capítulos, “desde 2016, as atitudes dos oficiais contrariaram as expectativas alimentadas pelo mundo político e pelos acadêmicos”. Por que tantos generais se dispuseram a patrocinar a elevação a comandante em chefe das Forças Armadas do pequeno oficial ambicioso e indisciplinado dos anos 1980, que saiu do Exército pela porta dos fundos? Por que se empenharam em influir diretamente na crise política? Por que militaram ativamente na campanha eleitoral? E por que concordaram de bom grado em ocupar os postos políticos chaves do novo governo, apesar dos riscos de politização dos quartéis e desprestígio junto à sociedade? Por que aceitam ser cúmplices de um presidente como Bolsonaro?

Para responder a essas questões, desaparecem os assuntos típicos da análise das políticas de Defesa numa democracia e vêm à luz novos e velhos temas relacionados aos perigos da presença das Forças Armadas no poder. Se antes, como aponta em sua entrevista Héctor Saint-Pierre, já havia uma disputa entre civis e militares no interior do campo de estudos do tema, agora este se cindiu. Uma parte dos paisanos talvez se aventure a continuar suas pesquisas como se nada tivesse ocorrido. Outra parte, que se expressa aqui, optou por transformar seus conhecimentos em instrumento de resistência. Não há mais pendor à contemporização, esperanças em um diálogo imaginário, ou disposição a fingir que tudo continua como antes no

quartel de Abrantes.

A pluralidade é a marca das análises presentes nesta coleção de textos. Há divergências e convergências no enfrentamento do tema. A concordância primordial está em outro ponto: na ideia de que apenas o pensamento crítico pode nos ajudar a entender a crise atual e o papel dos fardados em seu seio. Seja ao procurar as raízes mais profundas da situação presente, seja ao examinar em detalhe aspectos relevantes da questão castrense, o conjunto dos textos acaba por se encaixar, como as casas de uma cidade medieval, onde a diversidade cede lugar à harmonia e a impressão geral é a de um mosaico bem construído.

Estão presentes aqui muitos ângulos, mas uma mesma tese: a intromissão dos militares na política só pode ser danosa para o país e sua democracia. Apesar do discurso castrense do auto-sacrifício de oficiais que apenas se dispõem a cumprir uma missão no governo, para o bem da pátria, fica claro como essa presença, em muitos aspectos, afasta o Brasil da resolução de suas iniquidades históricas, originárias de seu passado colonial. Ao provocar a politização dos comandos e quartéis e ao partidarizar a ação de altos oficiais tornados políticos, a situação presente corrói a própria eficácia das Forças Armadas como instrumento de defesa nacional. Tudo isso é agravado pelo caráter do governo Bolsonaro: um empreendimento de ocupação e destruição, que vive e se alimenta da instabilidade e da tensão permanente, configuradas em seu ataque sem tréguas às instituições da República, à cultura e à educação e à própria ideia da Nação como comunidade de desiguais.

Para Manuel Domingos Neto, vivemos “um período difícil de nossa história”, onde estão em andamento “o desmonte acelerado do Estado, a supressão de direitos sociais, a destruição da economia, enfim, dos amparos à construção de um futuro promissor. O presidente não tem senso de responsabilidade e dignidade. É um regressista perverso, avesso ao que há de bom na modernidade, apaixonado pelo que há de pior na civilização”. Francisco Carlos Teixeira se refere “à crise estrutural permanente do processo de democratização” e se propõe a entender a crise político-institucional instalada no Brasil desde 2013 e agudizada no Governo Bolsonaro.

Eduardo Mei destaca a emergência colocada pela irrupção da Covid-19 “em meio a uma crise profunda e generalizada que afeta todas as dimensões

da vida em sociedade”. Seu artigo examina esse processo como fenômeno cíclico de acumulação do capital e propõe analisar o papel da violência na gênese do Brasil e na gestação da crise. Por fim, Eduardo Costa Pinto chama a atenção para a flexibilização, ou mesmo a quebra, do regramento jurídico (leis e Constituição), a partir do julgamento da Ação Penal 470 (AP 470), conhecida como Mensalão, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), ainda no período Lula. Em sua perspectiva, a Operação Lava Jato levou esse processo às últimas consequências.

Que papel desempenham os militares nesse contexto? Como explicar o afã com que eles se dispuseram a influir diretamente nos processos políticos, extrapolando atribuições definidas na Constituição? Para responder essas indagações, o texto de abertura busca as raízes da questão militar nas especificidades orgânicas e funcionais do aparelho militar e de seu papel na formação histórica do Estado brasileiro. Nele, ainda uma vez, Manuel Domingos Neto propõe ir além das análises de conjuntura. Remontando à Primeira Guerra Mundial, refere-se ao “narcisismo fardado”, que pretende moldar o Brasil à semelhança da imagem que os militares brasileiros construíram de si próprios, ignorando as complexidades e contradições da formação social brasileira. Onde as Forças Armadas se apresentam como salvadoras da pátria, ele vê uma instituição sempre dividida entre o papel de polícia e o de defesa nacional, aponta a “índole neocolonial” do aparelho militar e sua eterna dependência do armamento estrangeiro. Na mesma linha, Héctor Saint-Pierre defende que “se há algum fio condutor que tem resistido às mudanças de posições dos militares com relação à política são os valores corporativos que se mantêm por cima de quaisquer outros”.

Em “Os militares e os índios”, Manuel Domingos e Gustavo Guerreiro mostram como a história pesa numa temática que engloba também a questão da defesa da Amazônia e onde salta aos olhos a cumplicidade entre os quartéis e Bolsonaro. “Diante do índio, o soldado narcísico e truculento mostra a fragilidade da narrativa de fundador da nação”, diz o texto. Já na campanha, o capitão candidato prometeu que em seu governo não daria um centímetro a mais para as demarcações de terras indígenas. No primeiro verão do novo governo, para espanto do mundo, ficou claro que o bolsonarismo significaria, no Norte do país, a destruição da floresta pelo fogo, não importando se este atingisse reservas ambientais ou territórios indígenas. A resposta do Exército foi mobilizar seus expoentes para

denunciar a intromissão externa na soberania brasileira sobre a Amazônia. Não por acaso, como dizem os autores, “a defesa da Amazônia tem sido arguida pelas Forças Armadas como demonstrativa do papel que lhes cabe como guardiãs da pátria. Respalhando Bolsonaro, os oficiais revelam sua concepção de defesa da floresta”. Na questão indígena, “o patriota dá lugar ao bandeirante, o genocida mais famoso da colonização”.

Ricardo Costa de Oliveira desmonta outro mito: o da proximidade do militar com o povo. “Sempre precisamos observar e estudar a dimensão familiar na formação, existência e reprodução dos militares, também devemos analisá-los em termos de estruturas de parentesco”, propõe. Em muitas famílias tradicionais, a militarização das mentalidades começa na infância. Nesse processo, “o mundo se divide entre os militares e os outros, os militares e os paisanos ou civis, muitas vezes pensados como cidadãos de outra categoria”. A Sociologia confirma, assim, traços já revelados pela Antropologia. A partir do estudo de sua própria família, Oliveira destaca “uma densa rede de relações e sociabilidades com oficiais ao longo de muitas gerações”. E revela: “praticamente todos os oficiais generais com destaque ou cargos ministeriais na política dos últimos anos procedem e pertencem a famílias militares”. Mais do que isso, para o autor, na alta hierarquia, os chefes tendem a ser “herdeiros e parentes de grupos superiores, das antigas classes dominantes proprietárias, ou das elites sociais regionais e locais, com poucas exceções”.

No âmbito da história do tempo presente, Francisco Carlos Teixeira ressalta a importância de compreender o “grande ciclo” inaugurado pelo regime militar de 1964 até a Nova República, a partir de 1985-88, com foco no caráter da transição “longa, tortuosa e, agora podemos dizer, *falhada*”. Encontra na intencionalidade do que chama de “núcleo duro” da ditadura militar e suas alianças de classe uma explicação plausível para a persistência do passado como guia do futuro. Referindo-se à captura da transição pelas Forças Armadas, conclui que “transições tuteladas desembocam em regimes tutelados” e chama a atenção para a contemporaneidade doutrinária dos princípios contidos na declaração à Nação do preâmbulo do Ato Institucional que abriu o ciclo ditatorial, em abril de 1964.

Os trinta e poucos anos da Nova República não conseguiram sepultar a longa tradição salvacionista que reforçou a adesão dos militares ao bolsonarismo, como mostra Adriana Marques ao estudar “a história de um

grupo de militares que embarcaram para Porto Príncipe e desembarcam em Brasília para ocupar funções importantes no núcleo do poder político em 2019”. Ela se refere aos generais Heleno, Santos Cruz, Edson Leal Pujol, Luís Eduardo Ramos e Ajax Porto Pinheiro, *force commanders* da Minustah e ao ministro da Defesa de Bolsonaro, Fernando Azevedo e Silva, chefe de operações do contingente brasileiro no Haiti. Sua tese central é que “a atribuição de missões extensivas e de caráter político a militares oriundos de países com histórico de envolvimento na política trouxe algumas consequências não intencionais para países que enviaram tropas para operações de paz”.

No plano das ideias e das doutrinas, as origens da decisão do comando militar, principalmente do Exército, de se associar ao capitão Bolsonaro, são estudadas de várias perspectivas. Suzeley Kalil Mathias e Ana Penido analisam a educação dos militares enquanto “a guardiã de uma cultura própria das FFAA” e como “uma das principais trincheiras de autonomia castrense, mormente naqueles países que recém saíram de regimes burocrático-autoritários” e encontram na preservação da educação como reserva de caça castrense as origens da militarização do governo atual e da reconstrução daquilo que chamam de “partido militar”.

Outros autores procuram na doutrina militar uma explicação para esses males. Piero Leirner centra sua reflexão no surgimento de uma “modalidade de guerra”. Para ele, na raiz do que chama a “tomada do estado” pelos militares estaria uma combinação de um forte antipetismo com o emprego de instrumentos da *guerra híbrida*, cujo conteúdo define como o estabelecimento de “loops” e inversões visando afetar a cognição de uma nação, de uma população, de uma elite ou de setores de um Estado. Na medida em que a replicação dos princípios dessa modalidade de guerra se faz “a partir de grupos com conexões pouco estruturadas e nada evidentes”, Leirner também oferece uma explicação para a dificuldade que nós, especialistas no tema, tivemos para entender, de imediato, os processos subterrâneos que vieram à luz somente na reta final da campanha de 2018.

O texto de Marcelo Godoy aborda um tema correlato ao de Leirner, ao destacar o processo da aproximação de Bolsonaro “do ambiente dos guerreiros ideológicos da comunidade de informações”, presente já em meados dos anos 1990. Segundo ele, “a aproximação entre a política e a guerra nos quartéis realizava o sonho da comunidade de segurança dos



anos 1970". Mas a face mais original do texto de Godoy é o exame da atuação dos militares em um novo terreno de operações: as redes sociais. Aqui, em contraste com Leirner, aparecem processos mais centrífugos que centrípetos. Sua tese central é que, ao escolher essa via, a militância castrense "abriu espaço para o surgimento de clivagens entre os militares, dificultando a unidade de ação do grupo, segundo um plano determinado e degradando o ethos da organização, o que fica claro em postagens públicas de oficiais da ativa". As redes sociais, nessa visão, liquefazem a fronteira entre público e privado, ajudando "a criar o ambiente em que o espaço da caserna se confundiu com o da praça pública e o do Poder Militar com o Civil".

Eduardo Costa Pinto retoma a temática da utilização de táticas de guerra por meio da desorientação da opinião pública durante a campanha eleitoral. Nesse quadro, analisa as diferenças entre dois grupos presentes no governo Bolsonaro, os militares e aquilo que chama de "olavistas", em referência ao "filósofo" Olavo de Carvalho. Contrariando a visão que se consolidou na imprensa, de um choque entre fardados e "ideológicos" no interior do governo Bolsonaro, Costa Pinto não vê diferenças de ideias entre esses grupos, mas nuances sobretudo de forma. No plano das visões de mundo, haveria um substrato comum entre paisanos e fardados bolsonaristas, que ele encontra na combinação entre as ideias da doutrina da guerra revolucionária, de origem francesa, que entrou no Brasil pela Escola Superior de Guerra, no final dos anos 1950 e no ideário da nova direita norte-americana (especialmente os *paleoconservatives*), o que explicaria também o alinhamento da política externa de Bolsonaro ao governo Trump.

Maud Chirio contribui para o entendimento da batalha de ideias, com foco mais específico, ao analisar um grupo até aqui pouco conhecido dentro do que chama de "nebulosa ultraconservadora" que preparou o terreno para a ascensão de Bolsonaro, responsável pela publicação do jornal *Inconfidência*, cujo acervo datado de 1998 a 2014 encontrou na Biblioteca do Clube Militar. Para ela, essa publicação "é uma pequena engrenagem, entre muitas outras, da reconstrução da extrema direita brasileira nos anos 2000 e 2010" além de ser fonte privilegiada "para entender como as lutas da "linha dura" militar se misturaram com a teoria do marxismo cultural. Nesse sistema de pensamento, as Forças Armadas vêm-se como a "última trincheira" da ordem e da moral, diante da ofensiva comunista.

Dois autores trazem a este conjunto de textos o tema fundado por Samuel Huntington, em seu clássico *O soldado e o Estado*. Eduardo Heleno analisa o surgimento de um quadro de aumento da desconfiança e de enfraquecimento do diálogo entre civis e militares na origem da crise atual das relações civis-militares no Brasil. Entre os fatores que atuam nesse sentido ele enumera a crise de representação política, a mudança da imagem do capitão reformado nas Forças Armadas e a participação dos militares nas eleições desde 1994. Chega à conclusão de que no Brasil de Bolsonaro o padrão de relações civis-militares tende a se aproximar do conceito de Huntington de controle civil subjetivo. Em sua leitura desse autor, conclui que “a politização dos militares e o desrespeito às regras democráticas por parte dos grupos civis poderiam redundar no esgarçamento do controle civil até ser substituído por um poder militar”.

A questão do caráter atual das relações civis-militares no Brasil é central também para Alexandre Fuccille, que parte da obra clássica de Huntington, para acrescentar que a ênfase no controle civil, aí vinculado centralmente à redução de poder dos grupos castrenses (objetiva ou subjetivamente), deixou de lado a atuação do sistema político. O profissionalismo militar não impediu, ressalta Fuccille, a intervenção militar de 1964. Para ele, apesar da valorização institucional da área de Defesa desde o governo Fernando Henrique Cardoso, em “pouco mais de 20 anos de governos progressistas’ o que se efetuou foi “absolutamente insuficiente para fazer avançar uma agenda pública e transparente e a construção da direção política civil sobre os militares”. Seu texto propõe um programa básico destinado a enfrentar o problema das relações civis-militares.

A partir de uma “ótica pouco usual – de dentro” da instituição Exército, Marcelo Pimentel analisa criticamente “o atual processo de politização das FA – ou dos militares – (que) teve início em meados da última década, mas somente agora, durante o governo Bolsonaro, mostra-se notável”,. Seu capítulo começa com a constatação de que dos 17 participantes da 304ª Reunião do Alto Comando do Exército, realizada em 5 de fevereiro de 2016, apenas dois não assumiram a partir de 2019 funções de características políticas. Ao lado da ocupação de milhares de cargos por oficiais, da ativa e da reserva, em tarefas técnicas e administrativas da máquina pública em cargos de comissão, essa migração castrense ajuda “o capitão a governar como se fosse, de fato, um ‘governo militar’”. Para ele, “o papel do

presidente, embora central e catalizador, não é de condutor, controlador nem gerente do processo”. Ao contrário, o governo Bolsonaro é marcado pela existência, ainda que “invisível a olho nu”, de um forte, consistente, coeso e cada vez mais poderoso sustentáculo, similar a um grupo político de natureza hegemônica: o “partido militar”, cujas características no Brasil atual ele analisa.

Em minha própria contribuição, procuro introduzir o tema do papel do líder na dinâmica do governo Bolsonaro. Para tanto, recorro aos conceitos de virtú e de fortuna e do equilíbrio entre bondade e maldade no exercício na ação do governante, temas centrais de *O Príncipe*, de Maquiavel, para trazer à luz o estilo de governar de Bolsonaro. O presidente não apenas exerce pessoalmente o governo com maldade, como de múltiplas formas incentiva o uso da violência por seus partidários. Aqui, os militares são coadjuvantes, ao coonestar os métodos bolsonaristas. Não por acaso foram acusados de cúmplices de genocídio por um ministro do STF, no trato com a crise sanitária e de cúmplices do desmatamento na Amazônia, por ONGs nacionais e internacionais.

Esse traço da liderança personalista reaparece numa outra abordagem presente nesta coletânea, aquela que vê traços do fascismo no regime bolsonarista. Francisco Carlos Teixeira recorre à teoria geral dos fascismos para explicar o regime brasileiro atual. E explica: “evidentemente a condição de periferia da globalização, a dependência e suas elites de *tipo colonial* traduzem o fascismo para condições específicas no Brasil e sua expressão, o *bolso-fascismo*, o qual, como fascismo periférico não pode ser uma cópia dos fascismos históricos”.

Enfim, Eduardo Mei, enumera os vários aspectos que aproximam o bolsonarismo do fascismo. Entre eles, 1) adesão à ideologia fascista, sua subcultura e seus ícones e culto a líderes fascistas; 2) tradicionalismo, representado no culto à “família tradicional brasileira”; 3) o irracionalismo, a distorção e negação da realidade, e o ataque à ciência e às universidades públicas; 4) militarismo e belicismo (quanto a isso cabe observar que essa tendência se manifesta também nas milícias evangélicas e nas “escolas cívico-militares”); 5) culto à violência, inclusive à tortura; 6) estigmatização de grupos étnicos e sociais: indígenas, negros, mulheres, homossexuais, “comunistas”, “artistas degenerados”, etc.; 6) sectarismo e (pseudo)-nacionalismo; e 7) divisão do país em “amigos” e “inimigos”.

Com isso, podemos encerrar esta apresentação. Se o leitor, antes de passar à leitura, quiser contemplar uma imagem sintética e terrível dos riscos que corremos pode visitar a *Guernica* de Picasso.

\*\*\*

Esta coletânea homenageia um grande amigo de muitos de nós, o coronel aviador (ref.) Sued de Castro Lima, recentemente falecido. Sued se foi cedo demais, pois homens como ele estão hoje em falta. Conheci-o quando presidi a Associação Brasileira de Estudos de Defesa, entre 2007 e 2009. Depois disso, nos anos de 2013 e 2014, juntamente com Samuel Alves Soares e Paulo Cunha, formamos o “grupo de Jaguariúna”, que se reuniu numa chácara de minha família nessa cidade, para elaborar a pedido da Comissão da Verdade um relatório sobre a questão militar ontem e hoje. Além disso, elaboramos nove recomendações, algumas delas incorporadas ao Relatório Final da CNV. Vindo de Fortaleza, onde residia, Sued sempre nos trazia pacotes de castanhas de caju. Era alegre, sensato, honesto até a medula, corajoso.

Manuel Domingos Neto diz que “a principal e mais duradoura atividade intelectual do Sued foi no grupo de pesquisa Observatório das Nacionalidades, em Fortaleza. Neste grupo, do qual foi um dos fundadores, trabalhou na edição da revista *Tensões Mundiais*. A boa classificação desta revista deve-se ao seu trabalho sistemático e cuidadoso. O Observatório organizou, sob sua coordenação, diversos encontros acadêmicos de repercussão, com destaque para o 5º Encontro Nacional da ABED”, realizado na capital do Ceará, em 2011. Lembra também que ele dialogou por dois anos com René Dreifuss, professor da Universidade Federal Fluminense e autor de *1964: a conquista do Estado*.

Segundo Paulo Cunha, Sued “ingressou na FAB em 1963 no curso de formação de oficiais da Academia da Força Aérea. Conviveu desde criança com a militância política, pois seu pai, o sargento da Aeronáutica Heryn Moreira Lima, integrou o Partido Comunista Brasileiro (PCB)”. O primo Manuel Domingos conta: “o tio foi diversas vezes preso e torturado. Foi quem nos incentivou o gosto pela leitura desde a infância. Era do tempo em que havia militares preocupados em melhorar a vida dos brasileiros. Quando de sua prisão, tia Valnice, mãe de Sued, levava os filhos para a fazenda do vovô, em Maranguape. Ela também foi muito influente em sua

vida. Era uma cearense muito corajosa e sem papas na língua. Bateu boca com os brigadeiros na defesa do marido e do filho”.

Para Cunha, “desde cadete, Sued procurou construir uma carreira militar baseada na discrição e no profissionalismo, o que não impediu que, sob a ditadura, fosse indiciado em um Inquérito Policial Militar (IPM) sob a acusação de veicular literatura marxista. Apesar de absolvido, a partir daí só obteve promoções por antiguidade. Com o avanço do processo de redemocratização, sentiu a presença do vigilante Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) em várias ocasiões, especialmente quando efetivou, no limiar da redemocratização, um ciclo de debates com intelectuais e personalidades na Base Aérea de Recife. Diante disso, tendo avaliado a impossibilidade de seguir carreira até o generalato, optou pela reforma no posto de coronel. Após isso, aproximou-se de vários partidos de esquerda. Seus posicionamentos políticos sempre foram em defesa da democracia e por uma sociedade livre e justa. No campo acadêmico, atuou com denodo em várias ocasiões, participando ativamente da ABED e publicando artigos e outros textos. Mesmo acometido por um câncer, não deixou de acompanhar o quadro político nacional já sob o governo Bolsonaro, intervindo de várias formas, especialmente por meio de entrevistas. Faleceu em 2020. Deixou esposa e três filhos”. Agradeço a Eduardo Mei pela ajuda na revisão final.

# Fileiras desconhecidas

*Manuel Domingos Neto*

Atravessamos um período difícil de nossa história. Estão em andamento o desmonte acelerado do Estado, a supressão de direitos sociais, a destruição da economia, enfim, dos amparos à construção de um futuro promissor. O presidente não tem senso de responsabilidade e dignidade. É um regressista perverso, avesso ao que há de bom na modernidade, apaixonado pelo que há de pior na civilização.

Em nome da pátria, atenta contra a pátria; em nome da nação, deixa a nação de cócoras. Semeia a desordem, a truculência e a incerteza.

Entre suas escoras, destacam-se os militares. Nada do que está acontecendo seria possível sem o suporte militante de fileiras cujas propensões sempre estiveram encobertas para a maioria.

Se deixar a sociedade apreensiva fosse ilicitude passível de penas pecuniárias, os integrantes das corporações armadas passariam o resto de suas vidas com proventos reduzidos.

As perguntas inquietantes borbulham. Temos um governo tutelado por militares? Os quartéis abandonarão ou persistirão com Bolsonaro? Acatarão um possível impeachment ou uma decisão judicial anulando as eleições? Há um governo militar, de militares, com militares ou militarizado?

Não creio haver respostas disponíveis para estas questões. A intromissão ostensiva dos militares na vida política brasileira foge aos parâmetros conhecidos. Durante a ditadura, os militares acusavam a esquerda de semear o ódio e a discórdia; agora, carregam nos ombros o paladino do ódio e da discórdia. A ditadura definiu como opositores todos os que contestavam o regime; Bolsonaro agride diretamente ou indiretamente qualquer um, inclusive os que o ladeiam. Protege apenas os filhos e a turma que, batendo com a língua nos dentes, pode levá-lo às grades. Revela-se uma autoridade fora de todos os padrões imagináveis.

Os militares, certamente, têm suas razões para se envolver nesta

aventura que contradita a própria autoimagem. Contradita? Cabe ver o que há por detrás da imagem construída.

Baixada a poeira, abertos os arquivos, sistematizados os dados, revisados os conceitos, renovados os suportes analíticos, novas gerações refletirão com propriedade sobre o transe em que mergulhamos e sobre o papel das fileiras.

No calor dos acontecimentos, é difícil evitar conclusões apressadas, que misturam motivações primordiais com ocorrências circunstanciais.

As primeiras dizem respeito ao papel das corporações no aparelho de Estado, suas especificidades orgânicas e funcionais, suas índoles forjadas ao longo do tempo, enfim, seus condicionamentos estruturais. As segundas são analisadas no trepidante varejo cotidiano por jornalistas e acadêmicos.

Olho meus livros empilhados e repilo a vontade de reler tudo de novo, mesmo porque não haverá tempo. É mais prudente eu refletir sobre as fileiras sem perder de vista convicções amadurecidas há algum tempo.

Os militares modernos, formados por estrangeiros interessados em vender armas após a Primeira Guerra Mundial, buscaram transformar um país “arcaico” num país digno de suas corporações. São narcisos fardados diante de um espelho cúmplice, que esconde seus rabos presos aos fabricantes de artefatos letais. Viveram permanentemente um dilema originário, exercendo papéis incompatíveis: o de atuar como mantenedores do ordenamento sociopolítico e o de proteger o país do estrangeiro cobiçoso. As corporações modernizadas, dependentes da importação de armas e equipamentos fabricados por potências industriais, firmaram índole neocolonial. Para encobri-la, buscaram monopolizar o sentimento patriótico, o mais poderoso legitimador da força no Estado moderno.

Este conjunto de características orienta a atuação dos militares; não se desfaz ao sabor da dinâmica política. São traços marcantes, poderosos, expressos permanentemente de forma multifacetada.

O poder político no Brasil tem revelado desconhecimento das Forças Armadas. Todos os presidentes sofreram em suas mãos. Getúlio, o mais arguto e habilidoso, deixou registradas as artimanhas permanentes dos chefes militares. Subiu com eles, governou com eles, caiu pressionado por eles, morreu atazanado por eles.

Os ministros e parlamentares que assinaram orçamentos de Defesa, conceberam planos estratégicos e organizaram livros brancos não

perceberam que lidavam com corporações autônomas o bastante para impor seus desígnios ao arrepio do que estivesse oficialmente determinado. Ex-presidentes e ex-ministros da Defesa, ainda vivos e se manifestando, defendem seus legados, não desvendam o emaranhado de cordões que movem as fileiras.

Caminhando na calçada de uma praia no Rio de Janeiro, ouvi de um general reputado por sua inteligência e trato lhamo a definição de um bom ministro da Defesa: “alguém que passe a impressão de honesto, nos escute e tenha prestígio para arranjar dinheiro”. Falou de maneira afável e convicta. Nem de longe suspeitava o alcance injurioso e arrogante de sua definição: os políticos são corruptos, queremos um paisano que não se meta em nossos negócios, nos aplauda e nos garanta os recursos de que precisamos!

Os pesquisadores acadêmicos, no máximo, dominamos certos elementos do poderio do militar no processo em curso. Não conseguimos ainda oferecer explicações plausíveis sobre os nexos do entrecruzamento de estruturas organizacionais, funcionais e ideológicas com as cartadas visando o retorno ao mando surfando na “onda maluca” que envolveu parcelas conservadoras da sociedade.

Acompanho Piero Leirner quando considera que há lances ardilosos para conformar ambientes sociais. Cabe prestar atenção nos movimentos silenciosos de engrenagens complexas. Além de acertos e tramas intramuros, há jogadas sub-reptícias de atores externos, notadamente o grande capital associado aos fabricantes de armas e guerras. Não há política sem tramas conspiratórias e todo militar, por dever de ofício, aprende a dissimular e camuflar intenções. Mas sempre concedo o espaço ao aleatório. O acaso gosta de dar rasteiras fatais no mais virtuoso Príncipe.

Eliézer Rizzo de Oliveira, leitor de Maquiavel, sempre diz que a sociedade que desconhece seus componentes fardados fica sujeita a riscos. Sua motivação para o estudo era próxima à de Edmundo Campos: ambos buscaram ouvir a alma castrense. Eliézer ouviu os generais; Edmundo buscou as entranhas de suas organizações.

Em 2004, quando o ar de renovação política tomava conta do Brasil e da América do Sul, Héctor Saint-Pierre, sempre cabreiro, já cantava a pedra do “sonho de uma noite de democracia” e sugeria caminhos para examinar as diferentes formas com que as Forças Armadas mantinham sua autonomia em relação ao poder político civil.



Desde a redemocratização eu me perguntava se as fileiras que sustentaram a ditadura acatariam placidamente a democracia. Criminosos que torturaram e mataram patriotas em nome da pátria passariam candidamente a respeitar seres humanos? Liberticidas cheios de razão mudariam seus pendores por obra e graça do clamor democrático?

Em 1988, vi o constituinte redimir militares com mãos ensanguentadas e entregar-lhes a defesa da entidade sacrossanta. Ruy Barbosa havia dito que a pátria não seria ninguém, mas todos. No Artigo 142, o constituinte deixou os brasileiros nas mãos das corporações. Dionísio vestiu-se de Dâmocles. Pela Carta, o quartel, só o quartel, seria instituição permanente velando por todos nós; só o quartel garantiria os “poderes constitucionais”. Outras instituições admitidas como “permanentes”, a Polícia Federal e o Ministério Público, não receberiam missões de abrangência ilimitada.

Ulysses Guimarães tentou reagir ao desejo castrense de mandar em tudo. Chamou de “três patetas” os comandantes das Forças. Mas perdeu. Na votação final, restaria o protesto quase inaudível de Genoíno e Haroldo Lima.

O Artigo 142, mostrego jurídico incompatível com o princípio da soberania popular, ficou como aviso prepotente das fileiras: entregamos o governo, não a paternidade da pátria, também chamada nação. Fernando Henrique, num assomo de vaidade engraçada, reivindicou a autoria da barbaridade conceitual. Fosse vivo, o general Leônidas Pires Gonçalves daria sua risada discreta.

O final da guerra fria atenuaria minhas inquietações. Desde a Segunda Guerra, as fileiras se organizavam em função de um mundo que, com o colapso da URSS, deixara de existir. Pensei: sem a bipolaridade, os caçadores de comunistas arranjarão outra coisa para fazer; chegou o seu momento de atualizar o discurso.

Os oficiais brasileiros ouviram comandantes estadunidenses falar em “novas ameaças”: terroristas, narcotraficantes, criminosos organizados... Os gringos queriam transformar em polícias os exércitos nacionais dos países que lhes compravam armas e ideias. A defesa continental ficaria com eles.

Obviamente, nenhum oficial brasileiro sugeriu alternativas para enfrentar as tais “novas ameaças”. Por exemplo, que os guerreiros do norte parassem de agredir os povos do mundo e aceitassem a multipolaridade; que Washington cuidasse de seus problemas domésticos e estancasse o lucro

dos narcotraficantes.

Os militares brasileiros mantiveram seu gosto pela imposição da lei e da ordem, revelado desde o regime escravocrata. Mas não abdicariam da estética de defensores da nacionalidade contra o estrangeiro. As Forças persistiriam em seu dilema originário: seriam policiais e militares.

Logo veio a “guerra contra o terror”, ocasião para Washington tentar a unipolaridade. Neste cenário, um líder popular é eleito presidente mostrando disposição para garantir comida ao povo, unir a América do Sul, estabelecer pontes com a África e redefinir o papel do país no teatro global. Contrariava Washington, cutucava a onça com a vara curta, advertiu um sábio homem que ninguém escutou.

Mas Lula, lamentavelmente, não combinou com as fileiras. Atendeu suas requisições, ignorando propensões históricas ou motivações primordiais. Desavisado, não se inquietou com cordões diabólicos manuseados por homens de farda.

Em 2004, Roberto Amaral pediu-me uma contribuição para a revista “Comunicação & Política”. Os leitores do rascunho foram Celso Castro, João Roberto Martins Filho e Renato Janine Ribeiro. O texto foi publicado com o título “Acerca da modernização do Exército”.

O último parágrafo sublinhava a necessidade de “quebrar antigas muralhas e estabelecer amplas e efetivas possibilidades de diálogo entre o pensamento civil e os membros de corporações que haviam mostrado à sociedade sua capacidade de interferir nos rumos do país”.

Essa preocupação sensibilizou uma parte do restrito grupo acadêmico que compôs a Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), em 2006. Pedimos apoio para pesquisar as Forças Armadas, as políticas de Defesa e temas afins. Com esforço, conseguimos a publicação de modestos editais, mas os militares ficaram com quase todo o dinheiro. Não queriam paisanos bisbilhotando seus negócios.

Na universidade em veloz expansão, rarefeitos pesquisadores definiram como objeto de estudo as corporações militares. Governantes, parlamentares, partidos políticos e jornais continuaram desprovidos do apoio de civis especializados.

Acadêmicos envolvidos no debate geopolítico e nas relações internacionais se multiplicavam. A maioria, norteadada por teorias anglo-saxãs, deu pouca atenção aos instrumentos de força do Estado. Um termo

que entrou na moda foi “seguritização”. Intrigava-me o fato de esses colegas não pensarem no agente “seguritizador”...

O estranhamento entre o mundo acadêmico e a caserna persistia em pleno regime democrático. Certo dia, Eduardo Villas Bôas foi à universidade. Retribuindo sua fidalguia quando lhe visitara na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, aguardei-o na porta. O general desceu do carro desligando o celular: “minha mulher disse que eu tivesse cuidado para não levar ovo na cara”. Eu respondi, “minha mãe disse que eu tivesse cuidado para não ser preso de novo!”. Entortei polidamente o que minha mãe dissera: “menino, vão te bater de novo!”.

Não contava Villas Bôas haver uma sala repleta de alunos e professores atentos e respeitosos, uns com nauseante jeito vivandeiro. A conversa fluiu amena, sem prosseguir. Questões ficaram no ar; as mais relevantes nem emergiram.

Decorridos alguns anos, com a comunidade acadêmica ameaçada em sua liberdade de opinião e em sua sobrevivência, os temores da esposa do general e de minha mãe fazem sentido. Villas Bôas integra um governo que trata os estudantes de idiotas, tenta criminalizar professores por exprimirem convicções políticas, desenterra palavra de ordem de momentos sombrios da humanidade: queimem os livros!

Desde 2016, as atitudes dos oficiais contrariaram as expectativas alimentadas pelo mundo político e pelos acadêmicos. Depois de intervirem no processo eleitoral e respaldarem um governo ilegítimo, passaram a integrar uma equipe criminosa, que aliena de forma selvagem o patrimônio público, desmonta setores estratégicos para a soberania, promove a regressão social e destrói o princípio da solidariedade geracional orientador do sistema previdenciário, um pilar da coesão nacional. Os governantes estimulam o etnocídio, a matança de negros e favelados; entregam os recursos naturais à sanha do agronegócio, dos contrabandistas de madeira e dos garimpeiros ilegais; descuidam do povo diante de uma pandemia; agridem princípios democráticos e expõem a nação ao ridículo perante os olhos do mundo.

Outro dia assisti Sérgio Etchgoyen bater em Celso Amorim sem mencionar seu nome. Celso estaria prejudicando o Brasil ao denunciar ao mundo os descalabros do governo. Voltei ao meu tempo de juventude, quando, na Europa, fazia de tudo para noticiar o sofrimento dos presos

políticos. Quando o soldado brasileiro aprenderá que crimes contra o homem e a natureza são transnacionais? Não pergunte por quem os sinos dobram, general, eles dobram por ti!

Na perspectiva geopolítica, o que ocorre no Brasil contraria uma tendência que parecia irreversível. Desde os ditadores Geisel e Figueiredo, acumulavam-se iniciativas que projetavam o Brasil e incidiam sobre as fileiras. As relações de confiança com a Argentina, o Uruguai e o Paraguai abriram perspectivas para a integração da América do Sul, acalentada há mais de um século por Manoel Bomfim. O conservador Sarney alimentou esse processo. Fernando Henrique extinguiu os “ministérios militares” e criou o Ministério da Defesa. A política externa personalizada por Celso Amorim ensejou posição inédita no jogo mundial. As novas orientações estratégicas valorizavam a multipolaridade. Contingentes brasileiros marcaram longa presença no Haiti como força policial. A ideia sempre adiada de criação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas tornou-se realidade. Projetos custosos apresentados pelos militares receberam apoio na expectativa incerta de redução da dependência externa em instrumentos de guerra.

Os reflexos dessas iniciativas sobre as corporações militares não foram analisados em perspectiva histórica de amplo espectro. Caberia acompanhar atentamente o que incidisse sobre fileiras ressentidas, temerosas, com saudades do mando e marchando embaladas no amor febril pelo Brasil.

Descurando do que se passava nas fileiras, a imposição do poder político sobre o militar, condição básica da democracia, seria ilusória e passageira. Militares sabem flanquear determinações sem ferir a lei. É dentro da lei que, apoiando Bolsonaro, contribuem para desfazer o que foi feito. O ímpeto deletério predominante na atual geração de generais precisa ser estudado atentamente, o que não cabe neste texto.

A disputa pela memória era aspecto primordial, como mostrou a queda de José Viegas. O primeiro ministro da Defesa nomeado por Lula pretendeu exercer autoridade e exprimir em bom som a ideia democrática. Caiu sem aplausos, o embaixador. O terrorismo de Estado praticado pelas Forças Armadas e outras instituições era temática maldita. As fileiras tomavam qualquer alusão aos seus crimes como revanchismo. Os que receberam de braços abertos os oficiais nos encontros da ABED sabemos disso.

Em conversas privadas com oficiais das três armas, eu sondava suas

disposições. Por que não um honroso pedido de desculpas? Nenhum assentimento. Poucos ficaram pensativos, a maioria respondia agressivamente: quem pedirá desculpas pelo atentado no aeroporto do Recife? Os que sofreram “excessos” nos interrogatórios tinham feito coisa errada!

Não renegavam a ditadura nem gostaram de bater continência para a “Wandinha”, como se referiam a Dilma Rousseff, aludindo ao seu codinome durante a militância juvenil na organização revolucionária Var Palmares. A reeleição de Dilma foi tida como impertinente. Um homem que não houvesse passado pelos porões, talvez fosse melhor acatado. A altivez da mulher machucava. Suas alternativas para dar rumo ao país descontentavam e sua forma de tratar os outros alimentava antipatias.

Nada mais perturbador para corporações armadas que remexer na percepção que constroem de seus trajetos históricos. Memória é bússola. Por lidar com armas e se preparar para a violência bruta, nenhum outro instrumento de Poder é tão cioso da legitimação conferida pelo passado heróico. Apenas missões sacrossantas nobilitam o ofício e justificam grandes dispêndios. Fileiras não dispensam narrativas gloriosas.

No quartel, o trabalho da Comissão da Verdade era visto como revanchismo incabível da esquerda; para a consciência democrática, tratava-se de um imperativo. Eliézer Rizzo se preocupava com o impasse, sustentando que o acordado na redemocratização, sendo resultado de uma correlação de forças, deveria ser mantido.

Mas a tensão não foi desmontada com formalidades jurídicas, silêncios medrosos, determinações burocráticas ou retóricas. Demandaria coragem, habilidade no trato, sinceridade, esforço de convencimento, negociação de termos que não ferissem em demasia. Um nó difícil de desatar. Pela forma como ocorrera a redemocratização, as corporações sentiam o novo regime como concessão de sua parte; os opositores da ditadura, como resultante de sua militância.

Era insustentável a versão de que, da luta renhida que se estendeu de 1964 à anistia de 1979 não houvesse perdedores e ganhadores. Líderes políticos exilados retornavam ao país ou emergiam da clandestinidade querendo a palavra, mas os apoiadores da ditadura continuavam nos quartéis de armas nas mãos, resolutos na defesa dos seus feitos.

O espírito de corpo mostrava sua força defendendo criminosos. Casos

simbólicos, posto que ocorridos pós-anistia: o capitão Wilson Dias Machado tentara um assassinato em massa no Rio Centro, mas prosseguia fazendo carreira no Exército; outro acusado de planejar atentado terrorista em 1986, Jair Bolsonaro, seria absolvido “por erro” do tribunal corporativo, como demonstrou Luiz Maklouf e, de quebra, ganharia mandatos parlamentares com votos de ex-colegas de farda.

Os governos eleitos democraticamente não propuseram missões desafiadoras às Forças; não lhes apresentaram tarefas grandiosas, capazes de espertar-lhes os brios, remexer em suas motivações primordiais e superar seu dilema de origem.

Por exemplo, ninguém lhes consultou sobre a possibilidade de interrupção de compras externas de armas e equipamentos.

Ninguém cobrou explicação aos comandantes acerca do fato de uma das maiores economias do mundo, farta de matérias-primas, com uma comunidade científica pujante, não fabricar seu material de defesa e persistir contribuindo para o fortalecimento do poderio alheio.

Ao contrário, os governos civis atribuíram-lhes tarefas que os afastavam do preparo para resistir ao desígnio de estrangeiro mal intencionado. As fileiras se ocuparam animadamente em construção de estradas, perfuração de poços no semiárido, tarefas da segurança pública, ocupação de favelas, combate aos incêndios na mata, patrulhamento de costas, retirada de óleo do mar, salvamento de embarcações à deriva, vigilância de fronteiras, repressão ao contrabando, segurança de eventos esportivos, prestação de serviços sociais, assistência médica, cumprimento de missões de paz, controle do tráfego aéreo, formação de mão de obra de ponta para empresas privadas...

Com tantas missões, as Forças dispunham de farto material de propaganda mostrando o quanto eram necessárias ao país. Assim ocupadas, não poderiam preparar-se para enfrentar ameaças externas. Os governos eleitos não tinham noção de que estavam contribuindo para degradar a condição do militar, expor o país e alimentar incongruências perigosas.

Particpei da comemoração de aniversário de quarenta anos de uma turma que prestou serviço militar em 1968. Tendo presidido o grêmio do CPOR de Fortaleza, fui escolhido para falar. Saudei a amizade que formamos na juventude, relembrei casos hilários e chorei pelos que haviam partido.

Depois, foi a vez do general comandante da 10ª Região Militar detalhar, com a ajuda de um PowerPoint, os serviços não militares que prestava à sociedade. Orgulhoso, destacou as dezenas de milhares de pessoas empregadas sob a sua coordenação. Puxei, então, conversa sobre a defesa nacional. O general ficou desconsertado. Voltei para casa lamentando o seu destino frustrado. O pobre homem respirava administração pública, sem lembrança de que devia se preparar para matar estrangeiro maldito. O comandante teria capacidade de reprimir brasileiros descontentes mas, aparecendo um zepelim gigante com três mil orifícios, ele e seus homens estavam prontos para virar geléia.

Sob o regime democrático, os governantes contribuíram para que os militares persistissem em seu dilema de origem. Apresentaram planos estratégicos pouco ou nada assimiláveis e, sobretudo, desmontáveis por uma ventania; acataram grandes projetos que não asseguravam autonomia na produção de armas e equipamentos.

Na prisão, Lula disse que quando saísse conversaria com os generais sobre suas atitudes. Ora, a ocasião da conversa estava perdida. O comandante do Exército forçara a prisão do maior líder popular da história brasileira, condenado por um juiz suspeito de seguir orientação estrangeira. As fileiras tomaram como ponto inarredável o seu sepultamento político.

Os militares repisam o óbvio dizendo que a defesa nacional deve ser tarefa de toda a sociedade. Há demagogia nesta cansativa afirmação acaciana. Se pretendessem o envolvimento concreto da sociedade, que não evitassem discussão séria sobre as corporações com quem paga suas contas!

Por exemplo, o debate sobre a compra de novos aviões, barcos e submarinos não previu uma consulta à comunidade científica e ao mundo empresarial quanto à possibilidade de projetá-los e construí-los integralmente no país. Audácia despropositada? De forma alguma! Atitude consequente para quem pensa em altivez no jogo internacional e em capacitação tecnológica da indústria brasileira.

Pelo que conheço de minha turma, milhares de colegas topariam na hora. Seria, inclusive, uma ocasião de abrirem a cabeça para entrever que suas funções sociais excedem o que cabe no currículo Lattes. Algumas grandes empresas ficariam animadas e preocupadas: teriam chances de figurar no seleto rol das detentoras de tecnologia sensível, mas se tornariam alvos de agentes públicos que adoram aplausos dos gringos, como o juiz que

condenou Lula.

A índole neocolonial do militar moderno em “país arcaico” é revelada pelo impulso de comprar na metrópole, mesmo sabendo que o poder de dissuasão daí derivado é tão ilusório quanto foram todas as aquisições realizadas desde a proclamação da República.

A compra externa valeria, no máximo, diante de modestos países fronteiriços. Um país que não produz suas armas e equipamentos tem uma defesa de fachada diante de quem pode de fato comprar briga. Sustenta-se condicionado por alianças das quais participa com voz miúda.

A dependência da fabricação estrangeira contradiz a veleidade de uma política externa soberana. O “soft power” rende grandes frutos neste sentido, desde que articulado com a capacidade efetiva de dissuasão. Os militares sabem disso; os diplomatas, quase todos inteligentíssimos, fingem ignorar.

As compras externas estão diretamente relacionadas às decisões sobre o tamanho da tropa. A tendência mundial é a de redução dos contingentes em benefício da alta capacitação e de investimentos em armas cada vez mais letais. Quanto mais se gasta em soldos, pensões e benefícios variados, menos resta para uma dissuasão real. O que consegue deter mísseis são sistemas antimísseis, não extensas fileiras de rapazes fortes e bem treinados no uso de fuzis. Gastando quase tudo na folha de pagamento dos militares, o Brasil jamais disporá de um sistema de defesa consistente.

A decisão sobre o tamanho da tropa não casa com a vontade de defender a pátria do estrangeiro desalmado; é compatível com a vontade de agir como polícia e de interferir diretamente no poder político. Tal postura é mais condizente com o servilismo de Bolsonaro do que com o desejo de um país liberto.

A redução do tamanho da tropa geraria múltiplas e variadas repercussões, além do impacto no orçamento de defesa, sendo as mais relevantes a extinção do serviço militar obrigatório, a redução do contingente de generais, a criação de polícia de fronteira, de polícia florestal e de guarda costeira. Os comandos das três forças seriam liberados do gerenciamento de numerosas atividades não relacionadas diretamente ao enfrentamento de ameaças externas.

A mesquinhez do pensamento corporativo explica também a distribuição geográfica dos efetivos. Nada mais inconveniente para a defesa nacional.



Uma realocação das unidades militares encontraria hoje os mesmos obstáculos apontados em 1919 pelo modernizador do Exército, Maurice Gamelin: os oficiais brasileiros queriam estar nas capitais e consideravam uma degradação servir onde a pátria precisava.

Suspeito que o Rio de Janeiro detenha uma das maiores concentrações de oficiais do mundo. Só nessa cidade um farda-suja faria carreira política tão longeva defendendo torpezas. O ajuntamento de instalações militares na Cidade Maravilhosa salta aos olhos, como nocivo para a defesa do Brasil. O Rio mantém sua tradicional vocação de centro golpista. Concentra tropas e uma chusma volumosa de oficiais da reserva com tempo livre para tramar a salvação da pátria castrense.

O Brasil seria melhor resguardado com a instalação de uma base naval protegendo a foz do Amazonas. A redistribuição espacial de marinheiros, reduzindo a concentração no Rio, favoreceria a democracia. De quebra, contribuiria para redução das disparidades regionais de desenvolvimento. A inobservância destes aspectos põe em causa o discurso da “integração nacional”, sendo compatível com o pensamento de Bolsonaro.

A lista de traços estruturais e funcionais das Forças Armadas que favorecem a disposição dos oficiais para ocupar o palco político é muito longa.

Incluiria o sistema de recrutamento, a formação dos oficiais e praças, a percepção castrense da sociedade brasileira, a produção literária dos quartéis, a serventia dos colégios militares e dos institutos de excelência como o ITA e o IME, o papel da Escola Superior de Guerra, os códigos disciplinares, o sistema de progressão hierárquica, as clivagens geracionais, o jogo de poder entre as diversas especialidades, os sistemas de saúde e de assistência social, as práticas de compadrio, o peso da endogenia na composição do oficialato, a escolha dos comandantes, a relação do Exército com as forças auxiliares, o papel das aditâncias militares, as relações dos oficiais brasileiros com seus similares estrangeiros, a participação em missões de paz, as práticas de cooperação com outras potências, a relação entre diplomacia e força armada, a produção de material bélico, a condição dos reservistas e reformados, o interesse pelo reconhecimento civil de cursos ofertados nas instituições militares, a disparidade de proventos entre oficiais superiores e praças, a celebração de efemérides, as práticas religiosas nos quartéis, a cultura homofóbica, o racismo, o uso e o contrabando de drogas,

a corrupção nas fileiras, os tribunais de justiça corporativa...

Todos estes temas e outros mais guardam estreita correlação uns com os outros e repercutem na atuação política dos militares. São aspectos que escapam ao olhar leigo e mesmo à percepção da maioria dos oficiais. Precisam ser estudados criteriosamente para que as fileiras se tornem menos estranhas aos seus integrantes, ao poder político e, sobretudo, à sociedade. Quem paga a conta, afinal, deve ter o direito de conhecer minimamente os beneficiados. Não há outra forma de aproximar os militares da sociedade e de o poder político exercer o comando do poder militar.

Os militares sempre pontificaram sobre si mesmos; asseguraram o monopólio do saber relativamente a suas instituições. Apresentaram seus pontos de vista diante de interlocutores despreparados e deslumbrados com as medalhas conferidas em impecáveis solenidades. As fileiras sempre estiveram mais próximas do farda-suja que exerce a Presidência do que daqueles que desejaram o diálogo construtivo para a defesa do Brasil.

A caserna preferiu a ausência de contestações de mérito. Parece nutrir-se de forma autônoma, respirar por si mesma. Insiste em decidir sozinha seus próprios caminhos, apesar de demandar do orçamento público recursos equivalentes a 2% do Produto Interno Bruto, porcentagem mágica disseminada pela OTAN, aliança hegemônica pelo maior vendedor de material de guerra. Não lhe ocorre que, para manter sua superioridade militar, os Estados Unidos e seus aliados precisam de mercados cativos para suas indústrias de guerra. O espírito neocolonial da caserna aceita bem o presidente que bate continência para a bandeira listrada.

As interpretações do envolvimento dos militares na configuração do momento trágico por que passamos serão frágeis, superficiais e enganadoras, caso não considerem as características mais marcantes das Forças Armadas brasileiras. Atentando apenas para lances circunstanciais, não ajudarão o povo brasileiro a tomar seu destino nas mãos.

O Brasil precisa de forças armadas competentes, respeitadas, obsequiosas com seu provedor, não de fileiras desconhecidas que lhe torturem com sobressaltos.

# Militares, “abertura” política e bolsonarismo: o passado como projeto

Francisco Carlos Teixeira da Silva<sup>1</sup>

*Em memória de Edgar Carone (1923-2003), historiador da República*

## **Brasil, as origens da “democracia feia”**

O grande ciclo formado pelo Regime Militar, desde 1964, e a Nova República, a partir de 1985-88, é uma temática nobre do campo da História do Tempo Presente.<sup>2</sup> Dentre seus temas fundamentais destacamos a “Transição” entre a ditadura e a nova democracia, chamada, então, de “abertura política”. Ao contrário da *Quarta República*, instaurada *ex abrupto* por um golpe militar em 1945, com a deposição de Getúlio Vargas e a presidência “tampão” de José Linhares (29-9-1945 a 31-1-1946), a transição da última experiência “autoritária” brasileira foi longa, tortuosa e, agora podemos dizer, *falhada* – a hipótese principal a ser defendida aqui.<sup>3</sup>

Os acontecimentos na América do Sul e no Brasil, desde 2013 e em especial 2019, no Equador, e no Chile, como também no Peru; o desastre da “Virada de Macri” na Argentina e a surpreendente falência da “Democracia forte” da Colômbia, explicitam os limites da Transição dos regimes ditatoriais para as democracias no continente, colocando em causa a sustentabilidade das democracias sucessoras. Muito especialmente, o caso do Chile, até outubro de 2019 considerado um “oásis de tranquilidade” na América do Sul, causou espanto nos meios políticos e acadêmicos pela virulência da explosão nas ruas do “paraíso” liberal.<sup>4</sup>

O debate em torno das transições na América Latina, em virtude da emergência de regimes de “democracia de baixa intensidade”, originou uma ampla literatura sobre a possibilidade de processos incompletos ou restritos, com a conceituação de “Democracia feia” ou “Democracia Eleitoral” discutida por Guillermo O’Donnell (1936-2011).<sup>5</sup> O debate extrapolava os níveis políticos para incorporar outras dimensões necessárias a uma

democracia *de fato*. Ao ampliar as exigências de uma democracia, a América Latina apresentava um quadro de grande *déficit* estrutural: a coexistência de rotatividade de poder, eleições periódicas, liberdade partidária e liberdade de expressão – democracia eleitoral – com a alta concentração de renda, desigualdade social, brutal violência policial, corrupção sistemática, concentração e manipulação dos meios de comunicação (com forte incidência no processo eleitoral), patrimonialismo, *sinecurismo* e partidismo dos cargos da administração pública. Estava aí o núcleo, do que O’Donnell chamaria de *democracias delegativas* – quando se pensava estar a construir uma democracia representativa.

Na *democracia delegativa* o império da Lei e o sistema de pesos e contrapesos composto pelo equilíbrio dos Poderes Constitucionais, o controle normativo e necessário de poder é considerado um entrave injustificável ao exercício desmesurado do Poder Executivo ocupado por elementos carismáticos – “populistas”, dando origem a uma crise estrutural permanente do processo de democratização.<sup>6</sup> O uso e destino dos bens e recursos naturais continuaram como alvo de debates exacerbados entre as elites e os grupos sociais subalternos, gerando frustrações e desencanto com as novas democracias sucessoras. A pobreza permaneceu visível e, mesmo, aprofundou-se, enquanto o papel do Estado no combate às desigualdades sociais, em especial no campo da Educação, foi decepcionante.<sup>7</sup>

A Pesquisa do Instituto da Democracia/UFMG, mostra, em 2020, uma simultânea perda de confiança nas instituições não-republicanas (ou seja, independentes da instituição República ou anteriores à implantação da República) como as Igrejas e as FFAA, ao lado da comum “desconfiança” nas instituições republicanas clássicas, por exemplo, os partidos políticos ou o Congresso Nacional. O índice de “desconfiança” no Congresso Nacional, no entanto, mantém-se alto mesmo tendo diminuído após a campanha antipartidos de 2013 – entre 2018 e 2019 oscilou de 56,3% para 37,2%, e dos partidos políticos de 76,9% para 66,9%, enquanto a confiança nas FFAA, por sua vez, declinou de 33,8% para 27%. Em seu conjunto, a população brasileira explicita uma grave desconfiança nas instituições públicas, embora também rejeite, salutarmente, saídas golpistas (militaristas), na proporção de 65 até 79% no conjunto da população.<sup>8</sup> Desde 2010, decai gradualmente, mas de forma visível, o apoio da democracia no continente: primeiro cresce a indiferença – que havia chegado a 63% em 1997 – para 43%

em 2018. Enquanto na Venezuela, no Uruguai e na Argentina a adesão ao regime democrático se mantém elevada – 75%, 61%, 59% respectivamente – na outra ponta, países como Guatemala, 26%, Honduras e Brasil com 34% de adesão à democracia são os pontos mais baixos de entusiasmo democrático às vésperas da eleição de Bolsonaro.<sup>9</sup>

A desconfiança no governo atinge 92% dos brasileiros e 85% dos mexicanos.<sup>10</sup> Entre os cidadãos que menos apoiam a democracia como sistema de governo estão os brasileiros (43%) e os mexicanos (38%). Em 2017, apenas 13% dos brasileiros se declararam satisfeitos, alinhados com os mexicanos, que mal alcançaram 18%.<sup>11</sup> No seu conjunto, instituições republicanas e democracia não despertam o amor do cidadão comum.

A proposta de Samuel Huntington de ciclos – ou “ondas” de democratização e contra democratização – pelos quais os países da periferia passariam num mundo global merece, no entanto, uma releitura, para além de uma história vista em *corsi e ricorsi*.<sup>12</sup> De fato, não existe, no conjunto do continente, o que indique, salvo algumas exceções, processos de consolidação, mas indicadores de “desconsolidação”, da democracia.

A persistência do patrimonialismo – marca das oligarquias que se manteve nas ditaduras modernizantes militares – e a negação do acesso popular aos serviços e bens públicos foi, por sua vez, o destaque de Adam Przeworski para o conceito de “democracia de baixa intensidade”.<sup>13</sup> As transições democráticas não souberam superar tais estruturas, herança histórica, muitas vezes tratadas como natureza do iberismo colonial.<sup>14</sup>

Neste sentido, torna-se necessário um balanço histórico das transições políticas retomando a *história cruzada* – impossível neste espaço, embora seja um projeto em curso. Tal projeto deve considerar a persistência do patrimonialismo e da negação de serviços e bens básicos à população como parte fundamental da análise do colapso/descrédito/corrosão/decepção das democracias no continente. Duas vias abrem-se para esse processo de *falhamento* das democracias sucessoras: por via popular – Chile, Colômbia, Equador – ou por via autoritária – Brasil, Bolívia. Na tentativa de ir além da teoria do “pêndulo” – *corsi e ricorsi* das ditaduras latino-americanas como fatalidade histórica/iberismo – buscamos na “Intencionalidade” do “núcleo duro” da Ditadura Militar e suas alianças de classe, sob a luz das modernas teorias do fascismo, uma explicação plausível para a persistência do passado como projeto do futuro. Nos opomos, assim, às análises de “tempestade de

fatos”, um caos de onde, em face a uma corrente acontecimental, emergiriam as decisões/avanços/recuos se radicalizando cumulativamente em direção, mais ou menos anárquica, do desmonte da República (e da sua democracia cada vez menos representativa) – como o “Funcionalismo” pretende. Na verdade, há, desde cedo, no “núcleo duro” dos militares a “Intenção” de desmonte e de “desconsolidação” da Nova República.

O fenômeno do bolsonarismo, uma variante em construção nacional do fascismo em construção, herdeiro aglutinante das diversas tendências fascistas pré-existentes desde o integralismo histórico, é uma resultante, não uma causa.<sup>15</sup> Integra-se como uma ferramenta no fenômeno mais amplo de setores descontentes que, desde a própria fundação da Nova República, conspiraram e buscaram na tutela, improvável, do bolso-fascismo um instrumento para seu próprio projeto. A “desconsolidação” se daria via a sua corrosão interna em direção a novas formas de autoritarismos. No caso das ditaduras militares, salvada a diversidade dos grupos militares e seus laços com a sociedade civil, há um “núcleo duro” com um projeto de poder que vinha amadurecendo desde o início dos anos de 1950. A presença e ação de tal grupo explicita a sucessão de pronunciamentos, manifestos e tentativas de *putsch* desde a primeira derrota da UDN até 1977 – e não, 1964 – quando são, de fato, aliados do poder com a derrota do então ministro Sylvio Frota, originando um grupo coeso, reacionário, *embeded* nas instituições – FFAA, polícias, escolas e academias – que se lançará sistematicamente na conquista do Estado e fará uma aliança histórica com o *empuxo fascista* vindo de baixo, do conjunto da sociedade. O que diferencia “duros” e “moderados” não é a tática – por exemplo, o recurso à tortura, a censura, ou a supressão dos Direitos Civis e, sim, seus projetos de longo prazo para a República. Tais setores “duros” no interior das FFAA jamais aceitaram a “Abertura” como proposta no Projeto Golbery-Geisel, reagiram em 1977, no “quase-golpe” contra Geisel, mantiveram a conspiração em 1979 – contra a sucessão via João Figueiredo e contra o Decreto da Anistia, considerado “brando” com os “subversivos” e reagiram de novo violentamente nos anos de 1980 e 1981 com o terrorismo explodindo dezenas de bombas por todo o país, inclusive nos episódios da OAB, da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro e do Rio Centro.<sup>16</sup>

É neste sentido que recorreremos a Teoria Geral dos Fascismos.<sup>17</sup> Evidentemente a condição de periferia da globalização, a dependência e

suas elites de *tipo colonial* traduzem o fascismo para condições específicas no Brasil e sua expressão, o *bolso-fascismo*, o qual, como fascismo periférico não pode ser uma cópia dos fascismos históricos, o que aliás não ocorre, como possibilidade histórica, em nenhum dos casos dos neofascismos. Da mesma forma, a dinâmica entre ditadura, ditadura militar e fascismo é *liquida* e conjuntural como talvez fique melhor explicitado no caso histórico espanhol, onde emergem diversas faces do fenômeno ditadura/fascismo. Ou, como já foi dito. “el fascismo tiene muchas caras, es laberíntico y cambia de faz”.<sup>18</sup>

### O Passado como Futuro

Neste sentido, para um entendimento da atual crise político-institucional, desde 2013, instalada no Brasil e agudizada no Governo Bolsonaro depois de 2019 – incluindo como elemento central o inédito protagonismo dos militares num regime dito democrático - insistimos na necessidade de retornarmos às condições em que se deu a chamada “Abertura” do regime ditatorial. Estariam naquele período histórico e na forma em que se operou a liquidação da Ditadura e se implantou a República liberal-democrática as raízes que permitiram, não só o Golpe de 2016, como ainda a ascensão de grupos de Extrema Direita e, no limite, fascistizantes, depois de 2018.<sup>19</sup> Não cabe, ao nosso ver, um dilema, ou querela, entre historiadores: de um lado, os que defendem a tese de “retorno à ditadura militar”; de outro lado, os que interpretam os dias atuais como um completo ineditismo, uma forma “nova” de variante do fascismo, o *bolso-fascismo*, com sua ruidosa, e ruínosa, charanga. Na verdade, no “núcleo duro”, desde 1964, já havia, *in potentia*, fortes elementos fascistas. O convívio complexo, mais forte no governo Médici (1969-1974), de militares reacionários com elementos fascistas e, então, em declínio até seu expurgo em 1977, não representou sua eliminação. Da mesma forma, o reacionarismo da sociedade brasileira, seu egoísmo social, já convivia com elementos fascistas, desde os anos de 1930, expresso no Integralismo. A modernização autoritária e a crise econômica, com a ascensão de novos grupos sociais, potencializaram a *possibilidade fascista*.<sup>20</sup> O encontro, depois de 2013, se fez irresistível, e se materializou nas faixas e cartazes de “Intervenção Militar Já”.

Alguns regimes, de longa duração, como a ditadura de Franco, oscilaram

*image  
not  
available*



A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória. Os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte.<sup>35</sup>

O texto instaurador da nova ordem rompia, assim, a ordem constitucional e estabelecia, sem limitações de apreciação de constitucionalidade, uma nova fonte de institucionalidade e fúria punitivista. O Supremo Tribunal Federal (STF) permitiu por total renúncia às suas atribuições inatas de guardião da Constituição, em especial na figura do seu então presidente, Ministro Ribeiro da Costa (1964-1966) o avanço do novo *poder* sobre as instituições. Nesse momento, de fato, as instituições militares funcionavam como um *Quarto Poder*, de forma inconstitucional, ahistórica e abusiva.<sup>36</sup>

A “Linha Dura” de Costa e Silva/Sylvio Frota tinha, desde logo, um projeto de longa duração e de permanência na vida pública do país. Frota – mais tarde, através do seu mando no Exército e da projeção de poder no CIEEx e no SNI - e eis aí a dura discrepância com o Projeto Golbery-Geisel.<sup>37</sup> A grande diferença reside no projeto de longo prazo, ainda em vigor hoje, e não no método - variável, flexível, mutável - desde os golpes falhados de 1954, de 1961, realizado de 1964, novamente falhado em 1977 e longamente planejado desde 1988, com novos métodos, para florescer em 2016 e se realizar por via eleitoral em 2019. O bolsonarismo, enquanto síntese, seria o principal condutor de um projeto de institucionalização de uma “República Patriótica Militar”, sob a tutela permanente dos militares, como afirmaria Sylvio Frota:

as revoluções não marcam limites no tempo. Elas, dentro da doutrina que esposaram e vêm difundir, elaboram e impõem as leis que vigorarão na nova ordem. Semeiam seus princípios,

*image  
not  
available*

de ameaças “imprevisíveis” ora contra o STF, ora contra o Parlamento e, sempre contra, a oposição tomada como “inimigo interno”.

A Nova República nasce com um “ato interpretativo” do general Leônidas Pires Gonçalves que lê a Constituição no sentido de que José Sarney, o vice-presidente não empossado era, de fato, a autoridade maior no lugar de Ulisses Guimarães, única autoridade no cargo em linha de sucessão, para representar Tancredo Neves na cerimônia da posse presidencial, alterando o destino da democracia no país.<sup>54</sup> Tal precedente – os militares como intérpretes da Constituição – será recorrente na República e abrirá, em brecha, a possibilidade permanente dos militares interpretarem as leis fundantes da República. A *ideologia da tutela* é sempre reforçada: o mito de Guararapes; a Proclamação da República; a “redenção” de 1964 e a “escolha” de José Sarney em 1985 – todos momentos decisivos em que as FFAA, quer dizer, o Exército, decidiram pela Nação, antecipando-se, tomando a si a responsabilidade de fundar, refundar, regenerar e restaurar a nacionalidade, livrando o país – com sacrifício próprio – das ameaças “solertes”, invisíveis para o homem comum, mas não por isso menos perigosas, da corrupção, da subversão anarquista, comunista, socialista, bolivariana, que ameaçavam a Pátria. Tudo nesse “credo” – um *corpus* doutrinário integral, que dos anos de 1950 atravessa, desde a ESG, via IPES/IBAD e as escolas e academias militares, até os nossos dias, povoa as mentalidades dos clubes militares e forma os novos militares – como na expressão de Sylvio Frota (“dos Tenentes aos novos Comandantes”). É a estrutura da mimesis do pensamento militar brasileiro. Expressão autônoma e orgânica, autoproduzida e autoveiculada, hoje em choque com as demais instituições da República, em especial ao criar o perigoso fantasma do *inimigo interno*.<sup>55</sup>

Tal permanência, *imitatio*, explicita o caráter *falhado* da Transição, em especial em face a uma leitura especiosa do Artigo 142 da Constituição, em clara oposição ao Artigo 136.<sup>56</sup> Juristas de extrema direita reacionária, como Modesto Carvalhosa e Yves Gandra, emergem, como parte de uma política de legitimação da tutela, ao buscar, em interpretações tortuosas, formas de prover as FFAA de uma legalidade tutorial sobre a República. A narrativa histórica é apropriada por objetivos corporativos: no lugar da épica republicana, ergue-se a história como tragédia histórica. Em vez de Francisco Campos e Carlos Medeiros, juristas típicos do fascismo brasileiro,

*image  
not  
available*

- <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2016/08/25/O-tamanho-da-viol%C3%Aancia-no-Brasil-e-suas-v%C3%ADtimas>, acesso em 06/06/2020. Numa clara herança do escravismo e da presença do racismo estrutural, em cada 100 pessoas assassinadas, 71 são negras, conforme estudo do Ipea, Atlas da Violência no Brasil, In: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=30253&Itemid=2](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30253&Itemid=2), 5 de junho de 2017, acesso em 6 de junho de 2020.
- 28 Adam Przeworski. *Democracy and the Market*, cit., p.10-27.
- 29 Para o conceito de “radicalização acumulativa”, parte da Teoria “funcionalista” do Fascismo, Ian Kershaw, *Hitler*, São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- 30 Celso Castro e Maria Celina D’Araujo, *Os Militares e a Política na Nova República*, Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- 31 René Dreyfuss, *1964: Conquista do Estado*, Petrópolis: Vozes, 1981.
- 32 Carlos Chagas, op. cit. p. 166 e segs.
- 33 “Arthur da Costa e Silva”, <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/artur-da-costa-e-silva>, acesso em 06/06/2020.
- 34 Durante o Regime Civil-Militar, no período de 1964-1969 foram em seu conjunto 17 Atos Institucionais regulados por 104 Atos Complementares editados pela Ditadura, embora, com alguma razão, a Extrema Direita tenha fixação no AI-5 como a própria síntese da ditadura militar no Brasil, <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>, acesso em 6 de junho de 2020.
- 35 “Preâmbulo: à Nação”, [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm).
- 36 “Álvaro Ribeiro da Costa”, <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alvaro-moutinho-ribeiro-da-costa>.
- 37 Sylvio Frota, *Ideais Traídos*, Rio de Janeiro, Zahar, 2006, p. 58.
- 38 Sylvio Frota (1919-1996) foi um conspirador “de primeira hora” contra a *Quarta República*, compondo o grupo de coronéis da ESG, depois, no episódio da renúncia de Jânio Quadros e na posse de Goulart, em 1961, que defendeu uma saída de força e participou ativamente dos preparativos de 1964. Teve importante papel na criação do CIEX e depois na pressão para a edição do AI-5. A partir de 1974, assume o Ministério da Guerra de onde exerce grande atividade repressiva denunciando o comunismo e o marxismo “infiltrados” na sociedade brasileira. Denunciou aqueles que falam em “fascismo” como subversivos, fortalecendo as atividades repressivas do CIEX e do SNI. Contou com apoio de vários militares de extrema direita, incluindo os chefes da Junta Militar de 1969 e vários “revolucionários” de 1964, “Sylvio Frota”, <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sylvio-couto-coelho-da-frota>, acesso em 20 de junho de 2020.
- 39 BRASIL, *Constituição Federal* (1988), Título V, Capítulo II, [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_atual/art\\_142\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_atual/art_142_.asp), acesso em 6 de junho de 2020.
- 40 “Manifesto dos Coronéis”, <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/manifesto-dos-coroneis>, acesso em 20 de março de 2020.
- 41 “Alto escalão das Forças Armadas entra na briga entre Executivo e STF”, *Correio Braziliense*, 15 de junho de 2020, [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/06/15/interna\\_politica,863868/alto-escalao-das-forcas-armadas-entra-na-briga-entre-executivo-e-stf.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/06/15/interna_politica,863868/alto-escalao-das-forcas-armadas-entra-na-briga-entre-executivo-e-stf.shtml). Acesso em 15 de junho de 2020. O “Manifesto” foi assinado por 17 oficiais da Marinha, 9 do Exército, 53 da FAB e 1 da PM, com 30 assinaturas de civis, sendo dirigido contra o Ministro Celso de Mello, do STF.
- 42 “Manifesto dos Coronéis”, cit..
- 43  
«[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O\\_Instituto\\_Brasileiro\\_de\\_Acao\\_Democratica](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_Instituto_Brasileiro_de_Acao_Democratica)  
e [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O\\_Instituto\\_de\\_Pesquisa\\_e\\_Estudos\\_Sociais](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_Instituto_de_Pesquisa_e_Estudos_Sociais);  
Denise Assis, *Propaganda e Cinema: a serviço do Golpe (1962-1964)*, Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- 44 Carlos Chagas, op.cit, p 165.
- 45 “Autor da ideia, o tenente-brigadeiro da reserva Carlos de Almeida Baptista afirmou que um novo SNI evitaria casos de corrupção. ‘Eu concordo 100%’, disse Bolsonaro, após o oficial propor que ele evitasse militares nos ministérios”. ‘Como disse o Baptista, temos um governo sem um serviço de informações’”, “Bolsonaro evita se comprometer com recriação do SNI”, 24 de julho de 2018.

*image  
not  
available*

Exército em 1988 por ser indisciplinado e mentir em tribunal de honra, onde não se justificou aos superiores – decisão depois reformada pelo Superior Tribunal Militar (STM). Se a Aman fora construída para encarnar o espírito militar, Rezende seria o lado de fora, o mundo civil. Samuel Huntington fez em *O Soldado e o Estado* o mesmo paralelo entre West Point e Highland Falls. É como o comandante de uma Esparta em meio à Babilônia que o general Gustavo Henrique Dutra de Menezes, comandante da Aman, alertou os cadetes sobre “as peculiaridades da carreira militar”. “É imprescindível que cada um coloque em prática o espírito de sacrifício, a coragem e a disciplina, peculiares, por natureza, ao profissional da arte da guerra. A coragem deve sempre andar de mãos dadas com a sabedoria, a prudência e o bom senso no enfrentamento dos mais diversos desafios e manterão em cada um de vocês o nosso código de honra.”<sup>2</sup>

A presença de Bolsonaro na academia é o símbolo de um caminho de três décadas, em que as Forças Armadas se retraíram do campo político, mantendo uma atuação de baixa intensidade em defesa de sua visão sobre seu papel na história recente do país. O objetivo era a manutenção de relações cordiais com os ocupantes do Poder Civil. Comportamentos de oficiais que privilegiavam o conflito com os governantes de então eram tratados como desviantes pela cúpula das Forças. Esse era o caso do então capitão Bolsonaro. Após ser absolvido, ele continuou excluído da convivência dos quartéis e classificado pelos chefes como um “sindicalista”, que punha em maus lençóis os comandantes e fazia jogo da esquerda. De fato, os generais Leônidas Pires Gonçalves e Carlos Tinoco Ribeiro Gomes, então ministros do Exército, proibiram-no de entrar nos quartéis entre 1989 e 1992. Silenciosamente, ele seria reintroduzido nas casernas em meados dos anos 1990, muito antes de sua eleição para presidente, em 2018.<sup>3</sup> Para tanto, contou com a ajuda do então tenente-coronel João Noronha Neto, o Doutor Nilo, da Seção de Operações do Centro de Informações do Exército (CIE), que convenceu a cúpula militar a se reaproximar de Bolsonaro a fim de que o Exército pudesse contar com o então deputado para defender suas pautas no Congresso. A reaproximação se fazia sem que as mentalidades da Força ou de Bolsonaro tivessem mudado. Nem um nem outro alteraram sua visão da ditadura. Apenas aquela se retraíra em relação a expô-la publicamente<sup>4</sup>. Do ponto de vista das relações com o passado, as diferenças entre Bolsonaro e cúpula militar eram de forma e não de conteúdo. A intervenção de Nilo

*image  
not  
available*



punhado de democratas civis e militares inconformados com a omissão das autoridades legais e indignados com a desfaçatez dos esquerdistas revanchistas”<sup>11</sup>. Bolsonaro se aproximou do Ternuma, com o qual o Doutor Nilo mantinha relações, criando uma ligação que manteria até os dias atuais<sup>12</sup>. Com a atuação do grupo, atingia-se o público externo, além dos muros das casernas. Buscavam golpes de cena, como a ida em 2005 de Bolsonaro ao Congresso com o coronel Lício Maciel, que atuara na repressão à guerrilha do Araguaia<sup>13</sup>, em um dos tantos episódios que demonstram a ligação do deputado com os veteranos da área de informações.

Esse modelo intramuros de atuação de baixa intensidade se manteve até a crise que levaria à derrubada por meio do impeachment do governo de Dilma Rousseff (PT). É então que integrantes da Forças começam publicamente a abandonar a neutralidade e o apartidarismo que caracterizavam os pronunciamentos dos chefes na maior parte dos governos da Nova República. Para tanto, contam dois movimentos vindos de fora dos quartéis: a derrocada do governo de esquerda e a possibilidade de ascensão do candidato da extrema direita. Pouco a pouco Bolsonaro consolidará o apoio da oficialidade, inclusive de generais do Alto Comando do Exército, deixando no passado fatos de sua biografia, como a apuração sobre um plano para colocar bombas em quartéis.<sup>14</sup> A nova conjuntura altera a intensidade como eles se relacionam com o político e com a política.

É como se reconhecessem às claras que, se a guerra é política em sua essência, a política também se transforma em guerra ou pelo menos a ela se assemelha. Começam, então, a pressionar seus pares ou aliados para impor, por meio da ameaça do uso da violência, sua vontade aos adversários. O movimento parte da ativa, com as declarações do general Hamilton Mourão Filho e da reserva com as do general Luiz Gonzaga Schroeder Lessa. Foi no dia em que este último se manifestou que o general Eduardo Villas Bôas disse ter sido obrigado, para que a situação não fugisse ao seu controle, a usar o Twitter. Na noite de 3 de abril de 2018, o comandante do Exército pressionou o Supremo Tribunal Federal a não conceder habeas corpus a Luiz Inácio Lula da Silva.<sup>15</sup> O tuíte criticando a impunidade mostrava o veto à possibilidade de o petista disputar a eleição de 2018 contra o futuro candidato da caserna: Jair Bolsonaro.

A aproximação entre a política e a guerra nos quartéis realizava o sonho da comunidade de segurança dos anos 1970. Os fins da primeira deixavam

*image  
not  
available*

mais de um dos 115 militares. Das contas de oficiais da ativa, 82 apresentavam posts de caráter político-partidário, de propaganda pessoal de Bolsonaro e do governo ou de crítica à oposição. Os donos de outras 32 não se manifestaram politicamente no Twitter, a não ser para reproduzir material institucional da Força e de outros exércitos nacionais ou para publicar material sobre sua vida pessoal, clubes de futebol ou comemoração de datas nacionais. Por fim, não foi possível ter acesso aos dados de um perfil.

A influência de Villas Bôas nesse processo pode ser medida pelo fato de 31 (37,8% do total) dos 82 militares da ativa que se manifestaram politicamente só abrirem suas contas após os tuítes famosos do comandante. Mesmo entre aqueles que tinham perfil antes, o exemplo da manifestação de Villas Bôas encontrou eco. Esse foi o caso de generais, como o comandante militar do Sul, Antônio Miotto, e o comandante do Oeste, José Luiz Freitas, que apoiaram e retuitaram o chefe – o retuite entre os militares indica endosso da ideia publicada quando rompem a neutralidade. De fato, é por meio de republicações (cerca de 80% dos posts) que a maioria dos militares se manifesta na rede social. Ao todo, as contas de 35 oficiais generais (31 do Exército, 2 da Força Aérea e 2 da Marinha) foram analisadas, além de 37 coronéis, um capitão de mar e guerra, 33 tenentes-coronéis, um tenente-coronel-aviador, seis maiores, um tenente, cinco subtenentes, dois sargentos e um militar cuja patente não foi possível verificar na época dos tuítes. Destes, 19 generais (12,9% do generalato da ativa), dois contra-almirantes e um brigadeiro publicaram posts políticos no período pesquisado - 3 de abril de 2018 a 15 de abril de 2020 -, enquanto estavam na ativa. Em relação aos coronéis, o número de oficiais com publicações políticas chegou a 30 dos 37. A proporção de tenentes-coronéis com esse comportamento foi menor: 22 dos 33.

As publicações com comentários pessoais sobre a política são mais raras. Quase todas criticavam a oposição a Bolsonaro ou os partidos de esquerda. Há casos como o do general de brigada Carlos Augusto Ramires Teixeira. Então comandante da 3.<sup>a</sup> Brigada de Cavalaria Mecanizada, ele tuitou em 20 de junho uma crítica ao presidente do Congresso, o senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), em razão de uma suposta sabatina do então ministro Sérgio Moro (Justiça) pelos parlamentares: “Como cidadão, fico pensando: fortalecer a democracia? Debater o quê??? Do exposto, vai ser um

*image  
not  
available*

sobre punições por mau uso das redes sociais, solicitados em fevereiro de 2020 por meio da Lei de Acesso à Informação. A instituição alegou não dispor dos números totalizados, mas também não determinou que as seções responsáveis pela justiça e disciplina nas organizações militares enviassem os dados para que fossem reunidos. Das três Forças, apenas a Aeronáutica informou ter aberto cinco procedimentos disciplinares em 2019 em razão do mau uso de redes sociais pessoais ou corporativas, sendo que foram aplicadas quatro punições, que atingiram seis militares.<sup>21</sup>

A falta de controle dos dados ou de publicidade sobre as ações públicas de militares da ativa é mais um problema para o Poder Civil. A possibilidade de essa atuação se manter, mesmo depois de terminado o governo Bolsonaro, aumenta o desafio descomunal representado pela afirmação do Poder Civil sobre o Militar em um País em que uma parte da oficialidade preserva a visão de que as Forças Armadas cumprem um papel moderador e de tutela das instituições, ligando o desenvolvimento nacional à tradicional modernização conservadora que caracterizou grande parcela do pensamento político da oficialidade na República. Se, por natureza as Forças Armadas tendem a desafiar o Poder Civil, tanto mais difícil será essa tarefa quanto mais esgarçada for a disciplina entre seus membros. Quanto mais instáveis forem os mecanismos de controle internos e externos dos militares, mais frágil será a democracia brasileira, uma situação que abre espaço para políticas oportunistas e interesses corporativos em detrimento da sociedade e do Estado. Ao liquefazer a fronteira entre público e privado, as redes sociais ajudaram a criar o ambiente em que o espaço da caserna se confundiu com o da praça pública e o do Poder Militar com o Civil. Os guerreiros digitais produzem os soldados influenciadores e, deles, extraem novos líderes de um novo partido militar. As consequências da volta dos militares à política são por demais visíveis na sucessão de crises e ameaças de ruptura da República. É por meio do conflito que opõe os militares do Executivo aos civis dos demais Poderes que o bolsonarismo procura unir a caserna. A instabilidade torna-se a forma de reunir as diversas pontas dessa equação.

### **Entrevistas, sites e arquivos e periódicos consultados:**

Romeu Antônio Ferreira, Antônio Pinto (Carlos Ilich Santos Azambuja), Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, Arquivo do Autor, Arquivo de O

*image  
not  
available*

# Maquiavel, Bolsonaro e os soldados

João Roberto Martins Filho<sup>1</sup>

Houve uma vez um lugar onde o governante tinha quatro filhos, que viviam se imiscuindo em seu governo. Não havia “nenhum jeito de evitar a importunação e a presunção” dos três varões e da moça.<sup>2</sup> Nunca quatro bastardos foram tão infames. Mas é bom evitar comparações superficiais: a prole do cardeal Rodrigo Borgia (depois de 1492, papa Alexandre VI) era brilhante: herdeira das tradições espanhola e italiana de fazer política, teve a mais refinada educação, conhecia história e viveu nos anos posteriores ao pontificado de Sisto IV (1471-1484), que criou os Arquivos do Vaticano e deixou seu nome na Capela Sistina. O primogênito é um dos heróis da obra-prima de Maquiavel, escrita em 1513: “eu mesmo não saberia dar melhores ensinamentos a um príncipe novo que o exemplo de suas ações”, disse dele o florentino.<sup>3</sup> Não por acaso, a edição de *O príncipe* que citaremos aqui traz na capa a figura de César Borgia, o Duque Valentino.<sup>4</sup>

Ninguém compreendeu as regras da política como Nicolau Maquiavel, que de 1494 a 1512 foi segundo chanceler da República de Florença e depois de deixar o poder escreveu três obras-primas em sete anos, as duas que se citam aqui, mais *A arte da guerra*. Para ele, conquistar e manter o poder era uma questão de *virtú* e de fortuna. A primeira referia-se ao dom da liderança. A segunda não dependia dos homens, que apenas podiam tentar amenizar seus efeitos. Como o destino é imprevisível, quanto menos o príncipe depender da sorte e quanto mais contar com seus talentos, mais fácil será manter-se no poder.

Para começar, é preciso conhecer exemplos históricos ou lendários, como está no capítulo VI: “um homem prudente deve tomar sempre a via trilhada por homens ilustres, que foram exemplos excelentíssimos a serem imitados”. Moisés, Rômulo, Ciro e Teseu são alguns dos príncipes de máxima *virtú*. Pela graça da fortuna chegaram a governar, mas por suas excelsas virtudes não tiveram dificuldades em manter o governo.

*image  
not  
available*



Revelou-se um dragão da maldade.

Em seu segundo clássico, *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, o livro em que se dedicou a estudar a República romana e a virtude de suas instituições, Maquiavel se referiu aos agitadores que, “reunidos em clubes e praças públicas, criticavam muitos cidadãos, ameaçando-os de revelar suas artimanhas e de puni-los, se chegassem um dia a fazer parte do governo”. Ocorria que, às vezes, “um desses descontentes chegava à magistratura suprema, na qual, vendo as coisas de mais perto, percebia as verdadeiras fontes do mal e os perigos que ameaçavam o Estado – os quais eram difíceis de remediar”. Assim, “mudavam logo de linguagem e de conduta”. Ao passarem de simples cidadãos à dignidade suprema, tornavam-se serenos, por conhecerem melhor os segredos do Estado. Isso acontecia tantas vezes que deu origem a um provérbio: “Estes têm dois modos de pensar: um em praça pública, outro em palácio”.<sup>12</sup> No nosso caso presente, não houve essa diferença: do palácio desceu o presidente com frequência à praça pública, para arengar ao povo, a pé, em cima de um veículo, a cavalo, ou mesmo de helicóptero, trazendo ao lado o ministro da Defesa. Só não chegou de fragata porque Brasília fica longe do mar.

O secretário de governo de Bolsonaro era um alto soldado, dos mais próximos do presidente, de quem foi colega na academia militar. Teve até mesmo experiência de guerra. Se havia um ministro disposto a auxiliar Bolsonaro a superar sua falta de *virtú*, este era o general Santos Cruz. Para isso, confiava contar com a antiga camaradagem e talvez com sua experiência de comandar capitães. Enganou-se. Em meados do ano, de novo em razão de intrigas advindas de sua insaciável prole, o pai demitiu o general. Em seu lugar, colocou outro camarada, Luiz Eduardo Ramos, amigo de 40 anos.<sup>13</sup>

Pensar a política como ela é e não como deveria ser: eis a maior contribuição de *O príncipe*. Ainda assim, Maquiavel não faz no livro um elogio da maldade e não considera coisas de somenos importância as virtudes cristãs, como a liberalidade, a generosidade, a piedade, a fidelidade e a integridade. “Seria louvabilíssimo, diz ele no capítulo XIV, um príncipe ter as melhores qualidades”. Mas na impossibilidade de ter todas elas “é necessário ser prudente a fim de escapar à infâmia daqueles vícios que põem em risco o governo”. Se for impossível ser virtuoso, deve-se ir adiante. Insistir na falta de virtude é, no entanto, temerário, pois revela a falta de

*image  
not  
available*

verdade. Para isso, o príncipe deve saber escolher homens sábios para formar seu governo. “Há de ser largo nas perguntas e, acerca do que foi indagado, ouvir pacientemente as verdades”. Aliás, “caso note que alguém as omite, deve mostrar-se irritado”. Os bons conselhos devem surgir da prudência do príncipe “e não a prudência do príncipe dos bons conselhos”.

Aqui, nos trópicos, esta qualidade retirou-se para lugar ignorado. Na sua ausência, o capitão fez escola. Basta um exemplo: o titular da pasta de Educação, Abraham Weintraub, aproveitou o Dia da República, a 15 de novembro, para aludir ao marechal Deodoro da Fonseca. Para o ministro, “tratava-se de um ‘traidor’: tinha a confiança do Imperador, participou do golpe e não teve coragem de falar pessoalmente com Dom Pedro II que (sic) ele e sua família seriam exilados”. Os soldados evidentemente sentiram-se ofendidos ao ver atacado um de seus heróis. Mas a única reação pública veio de forma anônima, em declarações como a de um chefe militar: “nunca vi nada igual. Faltam educação e civismo ao ministro da Educação”. O jornalista Marcelo Godoy notou que o ministro agia “dentro da lógica virtual que o bolsonarismo mantém na internet, que se diverte ao enxovalhar a honra e ameaçar a família dos que se lhe opõem”.<sup>33</sup>

Mas voltemos, mais uma vez, ao texto clássico. “Não é de pouca importância para um príncipe a eleição de seus ministros, os quais são bons ou ruins segundo a sensatez do soberano”, advertiu Maquiavel. “Como existem três gradações de inteligência – o primeiro entende por si, o segundo discerne o que o outro entendeu, o terceiro não entende nem a si nem a outrem”, explicou, o primeiro “é excelente, o segundo ótimo e o terceiro inútil”. Porque “toda vez que alguém consegue discernir o bem e o mal que o outro faz ou diz, ainda que não possua inventiva própria, saberá reconhecer as boas e as más ações de um ministro, exaltando aquelas e corrigindo estas, e o ministro, por sua vez, não pode pretender enganá-lo e se manterá na linha”. Dessa forma, “quando os ministros e seus príncipes estão assim predispostos, podem confiar um no outro: do contrário, o fim será sempre danoso para um ou para outro”.

Aos trancos e barrancos, o ano de 2019 chegou ao fim, com inesperada renovação de esperanças. Em sua coluna, o mesmo jornalista resumiu: “os generais estão otimistas. Depois das tormentas, eles voltaram a acreditar que o governo Jair Bolsonaro pode dar certo”.<sup>34</sup> Nessa altura, ao comparecer a uma cerimônia de formatura no Instituto Militar de Engenharia, o

*image  
not  
available*

aqueles que fazem o contrário. Jair Bolsonaro do Brasil, que persistentemente esvaziou as instituições democráticas de seu país nos anos recentes, tentou blefar com a crise e agora está tropeçando e presidindo um desastre sanitário”.<sup>43</sup>

Com tudo isso, os soldados continuaram solidários ao príncipe. Na ausência de movimentos sociais que pudessem requestrar seu anticomunismo da guerra fria, militares palacianos e da reserva passaram a publicar cartas abertas ou escrever manifestos, onde o novo inimigo era o Supremo Tribunal Federal, acusado de procurar impedir Bolsonaro de governar. De uma hora para outra, brotou na caserna o interesse pelo Direito Constitucional e o artigo 142 da Constituição, que define o papel das Forças Armadas, passou a ser interpretado como base para uma eventual intervenção militar “moderadora”. Nem um manifesto de 700 juristas, nem a manifestação do Supremo convenceram os generais do absurdo de sua doutrina.<sup>44</sup>

Quando a pandemia ultrapassou 70 mil mortos e o número oficial de infectados beirou os 2 milhões, o ministro do STF Gilmar Mendes, para grande indignação dos chefes militares, alertou que, com um general interino há dois meses no Ministério da Saúde, o Exército corria o risco de se tornar cúmplice de genocídio.<sup>45</sup> À mesma altura, um ex-procurador-geral do estado de São Paulo discutiu a possibilidade do presidente ser acusado, por suas atitudes face à Covid-19, de crimes contra a humanidade.<sup>46</sup>

Diante desse triste quadro, resta-nos resgatar a beleza e a pungência do capítulo “Exortação a tomar a Itália e a libertá-la dos bárbaros”, o último da obra. Nele, o frio observador da política transmuta-se em utopista, como se bafejado pelo espírito de seu contemporâneo Thomas Morus. Diz que quando um país chegou ao fundo do poço, só resta reerguê-lo e que, às vezes, é necessário uma nação reduzida “aos termos atuais (...) mais escrava que os judeus, mais serva que os persas, mais dispersa que os atenienses: sem líder, sem ordem, derrotada, espoliada, varrida, tendo suportado toda a sorte de ruína para que se levante”. E se, após tantas desgraças, pareça cada vez mais que “a virtude militar se extinguiu”, nessa parte do mundo, “isso procede de que suas antigas instituições não eram boas, e não tenha surgido ninguém que tenha sabido encontrar novas”. Não há que desanimar, a causa é justa. Afinal, “a todos cheira mal este bárbaro domínio”.

*image  
not  
available*

# Bolsonaro e os índios

*Manuel Domingos Neto e Luís Gustavo Guerreiro Moreira*

*Em memória de Sued de Castro Lima*

A promessa de destruir a política indigenista rendeu muitos votos a Bolsonaro. Quem percebe os povos originários como estorvo a ser removido em nome da fé, da civilização, da modernidade e do lucro fácil ficou animado. Empresários agrícolas, mineradores, madeireiros, garimpeiros, grileiros, evangélicos, patriotas castrenses e outros incomodados com os povos originários sobreviventes compuseram a linha de frente na batalha pela cadeira presidencial.

Nenhuma outra proposição do candidato exemplificaria melhor a captura do Estado pelo capital agrário e extrativista sedento de terras e de amparo público para expandir seus empreendimentos; nenhuma outra agradaria mais ao predador estrangeiro rico e cobiçoso que nunca tirou o olho do vasto e desconhecido espaço além-mar; nenhuma outra negaria tão radicalmente os direitos humanos e da defesa do meio ambiente.

As etnias sobreviventes estão majoritariamente sitiadas na Amazônia. Os que querem a floresta a qualquer custo foram contemplados com a vitória de Bolsonaro.

Diante do índio, empresários, aventureiros e instituições mostram suas índoles coloniais; o legislador e o juiz revelam seus compromissos de classe; leis, estatutos e convenções nacionais e internacionais evidenciam suas ambiguidades e inspirações conflitantes.

Diante do índio, o soldado narcísico e truculento mostra a fragilidade da narrativa de fundador da nação. O Exército, que se reclama nascido da união entre o nativo, o lusitano branco e o negro escravizado em luta contra o holandês maldito, surge de corpo inteiro diante dos povos originários sobreviventes. Sua lenda perde a beleza quando se opõe à reprodução do nativo negando-lhe o espaço indispensável à sobrevivência. O patriota dá lugar ao bandeirante, o genocida mais famoso da colonização. Nos anos

*image  
not  
available*



Cumprindo promessa de campanha, Bolsonaro pretende viabilizar a exploração mineral e agropecuária em terras demarcadas ou de ocupação tradicional. Ignora as determinações de que as atividades nestas terras sejam social e ecologicamente sustentáveis; procura liberar o arrendamento das terras indígenas para a expansão do agronegócio; promete “tratar os povos indígenas como brasileiros” e “proporcionar meios para os índios se integrarem à sociedade”.

Reproduzindo velha concepção castrense, Bolsonaro considera o ser índio uma condição transitória entre a barbárie e a civilização. Essa crença orientou o colonizador e permitiu a construção das sociedades latino-americanas através do genocídio continuado.

O lastro teórico da ação colonial é aristotélico: a força, uma espécie de mérito, configura direitos, entre os quais o de escravizar ou abater o mais fraco. A modernidade preservou este lastro. Nas Américas, o europeu exerceu o direito do mais forte. O “estágio evolutivo” dos povos teve como padrão classificatório a sociedade burguesa europeia, conturbada posteriormente pela luta colonial, que de alguma forma foi instada a abraçar as noções de cidadania e nacionalidade.

A percepção do índio como “sub-cidadão”, ou seja, como elemento incapaz de auferir plenamente direitos conferidos pela lei, foi vencida tardiamente com a Constituição de 1988 e reafirmada pela Convenção 169/OIT.

Na prática, porém, permaneceu a noção de que o indígena seria incapaz de sobreviver sem deixar de ser indígena, ou seja, sem integrar a sociedade dos que queriam suas terras. Sobraram aos povos originários duas saídas: desaparecer biologicamente ou desaparecer culturalmente.

Manuela Carneiro da Cunha observou que, em relação ao índio, o “civilizado” atribuiu às leis naturais aquilo que é essencialmente obra humana: a política. Concluiu que tal forma de pensar funcionaria para todos, menos para suas vítimas.

Povos originários, obviamente, não reconhecem fronteiras geográficas resultantes do embate de poderes discricionários de Estados. Desta forma, sempre constituíram “ameaça” à ideia de soberania territorial firmada com a intensificação das trocas comerciais.

A modernidade, exaltando os direitos do ser humano, dobrou-se ao direito de sobrevivência das etnias, formalmente configurado como

*image  
not  
available*

do novo regime. Em 1910, foi fundado o Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais, depois chamado de Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

A “nacionalização” do índio ou “silvícola” implicava em sua transformação em camponês e em sua integração ao mercado em nome da “comunhão nacional”, expressão usada por intelectuais antes da Primeira Guerra Mundial, quando já estava clara a importância das nacionalidades para a legitimação do Estado.

Um dos intuitos dos militares brasileiros era evitar problemas na fronteira: grupos arredios poderiam ser atraídos por Estados vizinhos. O SPI foi incorporado pelo Ministério da Guerra e chefiado por Cândido Rondon, já então “sertanista” consagrado. Posteriormente, o SPI seria subordinado ao Ministério da Agricultura, da Indústria e Comércio e ao Ministério do Interior.

As variadas afetações institucionais exprimiam a insegurança do aparelho de Estado acerca do lugar dos indígenas na construção da sociedade. Para todos os efeitos, o índio deveria compor a comunidade nacional.

O Código Civil de 1916, data em que o serviço militar obrigatório e universal foi efetivado, formalizou a “relativa incapacidade” dos indígenas (ou “silvícolas”) para a vida civil. Desta forma, o Estado determinaria a sujeição pelo regime tutelar. Leis e regulamentos elaborados desde então se voltaram para adequação do indígena à “civilização”. Negava-se o reconhecimento do direito de existências das etnias.

Após 1930, o Estado imaginou a figura do “trabalhador nacional”, classificação genérica dada ao operariado urbano e rural na qual o indígena deveria ser incluído. A proletarização integrava o projeto de construção da “comunidade imaginada”, que ignorava desigualdades, hierarquias e privilégios.

Era o tempo em que os militares passaram a dirigir importantes órgãos públicos. A ditadura presidida por Getúlio a partir de 1937 empregaria sofisticados e brutais recursos na construção da nacionalidade. Levas de nordestinos foram conduzidas para disputar o espaço amazônico com os autóctones, sendo designados como “soldados da borracha”. A colonização da Amazônia ganhava terminologia militar. Vivia-se a guerra mundial e a autoridade do Estado chegava ao ápice. O patriotismo castrense constituía o

*image  
not  
available*

universidades, os índios se submetem ao penoso processo burocrático, que inclui em muitos casos longas viagens em busca de declarações da Funai. A este órgão cabe reconhecer o que já está formalmente estabelecido pela Constituição: a condição indígena.

A permanência de uma postura tutelar assimilacionista e integracionista não quer dizer, necessariamente, que todos os governos tenham atuado exatamente da mesma forma. Há práticas que perpassam todas as administrações, mas as sensibilidades foram diferenciadas.<sup>9</sup>

Ao longo dos governos do PT ocorreram massivos programas de distribuição de renda, de acesso à educação em todos os níveis e de geração de empregos que afetaram para melhor a vida dos povos originários. Programas como o Fome Zero e o Bolsa-Família reduziram a quantidade de indígenas vivendo abaixo da linha da pobreza. Foram criados e reformulados conselhos de participação social nas políticas públicas em que os índios tiveram oportunidade de se manifestar.

Mas a perspectiva etnocêntrica persistiu estruturando os rumos das políticas públicas. A principal pauta do movimento indígena, a demarcação de suas terras, foi objeto de fortes ataques dos que apoiariam Bolsonaro.

O governo conservador de José Sarney e os de orientação neoliberal, como os de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, foram, curiosamente, os que mais demarcaram terras indígenas, refletindo os impactos dos debates da Constituinte de 1988 e das pressões internacionais em favor da preservação das etnias.

A partir do segundo governo de Lula (2007-2010), os empresários agrícolas já estavam consolidados como força política. O peso das exportações agrícolas tornara-se economicamente decisivo. No golpe contra Dilma Rousseff, na eleição de Jair Bolsonaro e na preservação de seu mandato, impuseram seus interesses.

A Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) forçou uma pauta abertamente contrária aos povos originários. Torpedeou as políticas indigenistas em suas diversas dimensões (educacional, de assistência social e de etnodesenvolvimento) sem perder o foco na captura das terras indígenas.

A trajetória parlamentar de Bolsonaro foi recheada de declarações racistas e ataques ao índio. Em 2004, na Câmara dos Deputados, Bolsonaro chamou os indígenas de “fedorentos, não educados e não falantes de nossa

*image  
not  
available*

O acaso parece conspirar em favor da índole genocida de Bolsonaro. Segundo os dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), a taxa de letalidade da pandemia entre os povos indígenas é de 3,9%, abaixo à da população em geral. Mas a Apib contradita o governo afirmando que a letalidade chega a 8,8%. A diferença decorre de uma tentativa de manipulação estatística: o governo só aplica testes em contextos urbanos.

Dois fatores ampliam a letalidade do vírus: grande parte dos indígenas apresenta menos anticorpos devido às dificuldades de acesso às campanhas de vacinação e à ausência de uma política estruturada de combate à pandemia.

Os indígenas são atendidos por um Subsistema de Saúde do SUS específico para casos de baixa complexidade e de prevenção. Agentes indígenas de saúde geralmente atuam em suas próprias aldeias. Criada em 2010, a Sesai tem cadastro de aproximadamente 752 mil indígenas em 5.852 aldeias distribuídas em 34 áreas administrativas conhecidas como Distritos Sanitários Especiais (DSEIs). Essa estrutura tem ampla participação popular através de Conselhos Locais e Conselhos Distritais, que discutem e fiscalizam a política de saúde a partir da Conferência Nacional de Saúde Indígena.

Bolsonaro pretende acabar com esse controle. Em abril de 2019, editou o Decreto 9.759, que extinguiu colegiados ligados à administração federal. A participação e o controle social são imprescindíveis à disseminação de informações nas aldeias.

O contingenciamento orçamentário debilita a Sesai. Dentre as políticas indigenistas, o atendimento à saúde foi o que mais perdeu recursos em 2018 e 2019. Os dados do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), indicam uma redução de R\$ 1,76 bilhão em 2018 para R\$ 1,48 bilhão em 2019. No orçamento total, houve um corte de R\$ 870 milhões para R\$ 673 milhões, representando uma redução de 23% entre 2013 e 2019.

O desmonte da saúde indígena é uma relevante contribuição para o extermínio dos indígenas. Se o sofrimento dos brasileiros “civilizados” pode ser mitigado pela ação de governadores e prefeitos, os povos originários estão completamente entregues à responsabilidade federal. No Ministério da Saúde, oficiais do Exército lotados no Subsistema de Saúde Indígena executam uma atividade macabra.

Em curtíssimo espaço de tempo, Bolsonaro conquistou lugar de destaque

*image  
not  
available*



Evidentemente não estou descartando que os militares, assim como muita gente, foram influenciados pelos “climas gerais” que tomaram conta do país, sobretudo com os desdobramentos da operação Lava-Jato. Certamente muitos foram a reboque disso, sendo levados a uma adesão cada vez mais frequente à candidatura de Jair Bolsonaro. No entanto, mais do que esse movimento, me interessa entender como conscientemente um grupo de generais articulou certos procedimentos, emplacou certas visões e viabilizou uma movimentação do conjunto da tropa. Não por mera coincidência, esses generais formam um seletivo grupo de pessoas que mantiveram contato próximo ao longo de suas carreiras; chegaram a empregar estratégias *MOUT* (Military Operations in Urban Terrain) em operações de contra-insurgência no Haiti e na África e depois em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLOs), aqui no Brasil; têm treinamento de forças especiais e operações psicológicas e, finalmente, trouxeram uma interpretação própria da “teoria da guerra híbrida” aplicada à realidade brasileira.

Esta é uma base conceitual militar que foi utilizada na campanha, mas que vai além dela.<sup>4</sup> Estou falando aqui de uma teoria da guerra híbrida que faz, ela própria, uma guerra híbrida. Embora esta espiral pareça um tanto confusa, um dos pontos que quero levantar é que ela é justamente a peça central da doutrina que desembocou na estratégia de defesa norte-americana que está na base desta nova forma de fazer a guerra. Trata-se, de maneira resumida, de estabelecer vários “loops” e inversões visando afetar a cognição de uma nação, de uma população, de uma elite ou de setores de um Estado.<sup>5</sup>

O que estou querendo mostrar é que, antes de mais nada, houve uma alavancagem inicial de um “loop” ou “ataque cognitivo” dentro das Forças Armadas e posteriormente este processo tomou conta das movimentações políticas em torno da candidatura e da Presidência de Jair Bolsonaro. Arrisco dizer, assim, que a guerra híbrida afetou tanto os militares quanto a população em geral. O resultado disso é esta sensação que estamos vivendo, dia após dia, no Brasil, de que tudo está desencontrado, caótico e que o tempo de eventos bombásticos passou a correr mais rápido e mais intensamente. Trata-se, para usar uma concepção de Virilio,<sup>6</sup> de uma outra velocidade, que produziu um *blend* entre guerra e política. O grande problema que este processo envolve é que sequer percebemos isto como

*image  
not  
available*

do chamado *Human Terrain System* (HTS) – um complexo doutrinário que institui como principal parâmetro de ação operações de inteligência que utilizam como apoio a psicologia, a linguística e a antropologia. Tal diretriz foi adotada parcialmente também pelo Estado-Maior do Exército (EME), no Brasil e desde 2008, pelo menos, alguns militares começaram a publicar e dar palestras sobre “inteligência cultural”, culminando mais recentemente em “teorias brasileiras da guerra híbrida”.

Como ficou bastante notório há alguns anos, o engajamento de antropólogos foi algo debatido por uma série de acadêmicos entre os anos de 2008 e os dias de hoje.<sup>14</sup> Esta foi uma conversa que ficou muito restrita aos EUA, que encerraram em 2014 o HTS. No entanto, depois de alguns anos, eles próprios alavancaram uma certa expertise em “etnografia” e passaram a produzir seus próprios oficiais de inteligência com ela.<sup>15</sup> Foi isso que chegou ao Brasil e assim permanece até agora como uma área restrita, de pouco acesso aos não militares. Seja por desinteresse, seja porque de fato está muito pouco visível, pouca gente (fora dos especialistas em ciências militares) se debruçou sobre o conteúdo dessas teorias que são a base das Opsys, que por sua vez são a base das assim chamadas guerras híbridas. Vejamos, de maneira bem sintética, de que se fala.

### **Ataque: Blitzkriege**

Antes de mais nada, é preciso esclarecer que essas teorias da guerra, incorporadas nas doutrinas militares, têm enorme capilaridade entre as mais diferentes forças armadas, mundo afora. Não se tratam apenas de empréstimos, mas antes de posicionamentos que elas se obrigam a ter umas em relação às outras, bem como a qualquer força que represente uma ameaça a suas existências. É natural, como me explicou um coronel sobre exercícios militares em outras nações, que qualquer Exército “se posicione frente aos mais poderosos, e aí os EUA se destacam, incorporando seus códigos e problemas, pois é isso que eles vão usar”.

Este, aliás, foi um dos dois principais pontos de minha tese de doutorado: a lógica da guerra aciona imperativamente um conjunto de trocas que põem as forças opostas em sistema.<sup>16</sup> O outro ponto, conectado a este, vem a ser justamente o que hoje está chamando a atenção daqueles que se debruçam sobre as guerras híbridas: se os posicionamentos entre inimigos operam em sistema, e a inimizade ocorre em múltiplas escalas, não faz

*image  
not  
available*

neocortical”: infiltração no aparelho cognitivo da população.<sup>30</sup>

## Voltando ao Brasil

Como disse acima, nada dessas teorias chegou por acaso a mim. De certa maneira, elas não só foram lidas durante os anos de pesquisa de campo com militares, como esta mesma chegou a produzir efeitos de dissonância na minha própria experiência.<sup>31</sup> Então, eu já conhecia um pouco dessa literatura quando se começou a dizer, nos idos de 2016, que o Brasil estaria no “epicentro de uma guerra híbrida”. Um pouco antes do impeachment de Dilma Roussef, Pepe Escobar fez a primeira menção publicada de que tenho notícia sobre uma guerra híbrida no Brasil:<sup>32</sup>

No manual da Guerra Híbrida, a percepção da influência de uma vasta ‘classe média não-engajada’ é essencial para chegar ao sucesso, de forma que esses não-engajados tornem-se, mais cedo ou mais tarde, contrários a seus líderes políticos. O processo inclui tudo, de ‘apoio à insurgência’ (como na Síria) a ‘ampliação do descontentamento por meio de propaganda e esforços políticos e psicológicos para desacreditar o governo’ (como no Brasil). E conforme cresce a insurreição, cresce também a ‘intensificação da propaganda; e a preparação psicológica da população para a rebelião.’ Esse, em resumo, tem sido o caso brasileiro.<sup>33</sup>

Se levarmos às últimas consequências a aplicação das teorias que formaram o corpo doutrinário da guerra híbrida, e pensando nelas a partir do que vivemos no Brasil nos últimos anos (dando, enfim, o tom etnográfico a este texto), chegamos à conclusão de que esta forma de guerra teve aqui seu ponto ótimo de eficácia: algumas pessoas intuíram, mas até agora não apareceu um consenso, que os conflitos<sup>34</sup> daqui estivessem no patamar de uma guerra.<sup>35</sup> Vale dizer, ou o que ocorreu definitivamente não tem nada a ver com uma guerra; ou, ao contrário, a guerra híbrida ocorreu (e ocorre) *comme il faut*, isto é, sem que se perceba exatamente do que se trata. Penso aqui que esta última é uma hipótese que deve ser ao menos considerada, pois não estou falando apenas de uma camuflagem dos “atacantes” ou “agressores”, mas, principalmente, de uma total criptografia dos próprios cenários e dispositivos pelos quais as batalhas se desenrolam. Evidentemente, e como está cada vez mais claro a cada dia que passa, o fato

*image  
not  
available*

# “A palavra convence e o exemplo arrasta”

*Marcelo Pimentel Jorge de Souza*

Brasília, 15 de março de 1985. Um envergonhado general Figueiredo deixava furtivamente o Palácio do Planalto pela porta dos fundos. Os livros de História não teriam o retrato da passagem de faixa presidencial do último militar para o primeiro presidente civil em 21 anos. As Forças Armadas (FA) amargavam baixos índices de aprovação pelo desgaste como protagonistas do regime autoritário mais duradouro da República.

Brasília, 5 de fevereiro de 2016. Os 17 generais-de-exército participavam da 304ª Reunião do Alto Comando do Exército (RACE) numa sala do Quartel-General – o “forte apache” – onde, cinco vezes ao ano, a cúpula hierárquica discute os temas mais relevantes da instituição.

Naquela oportunidade, enquanto assistiam a mais uma apresentação *Powerpoint*, suas preocupações voltavam-se ao Palácio do Planalto. Uma presidente com baixíssimos índices de aprovação amargava o início de um traumático processo de *impeachment*. No *Powerpoint*, o chefe do órgão de comunicação social discorria sobre resultados da última pesquisa de opinião, que mostrava as FA como uma das instituições de maior credibilidade e confiança na sociedade brasileira.

Não fora tarefa fácil recuperar a imagem do Exército nos 30 anos que separaram os dois eventos. Ao longo daquele período, os “militares” e a “política” empreenderam movimentos de afastamento recíproco, cada campo assumindo o papel imposto pelo ordenamento constitucional de 1988 e pelas lições da História.

O poder militar voltou-se à recuperação de sua capacidade operacional. A derrota das FA argentinas na Guerra das Malvinas, em 1982, funcionou como alerta sobre efeitos nocivos que a politização dos quartéis e a conseqüente militarização da política provocam nas instituições militares – comprometimento da profissionalização e da capacidade para cumprir a missão precípua de defender a Pátria.